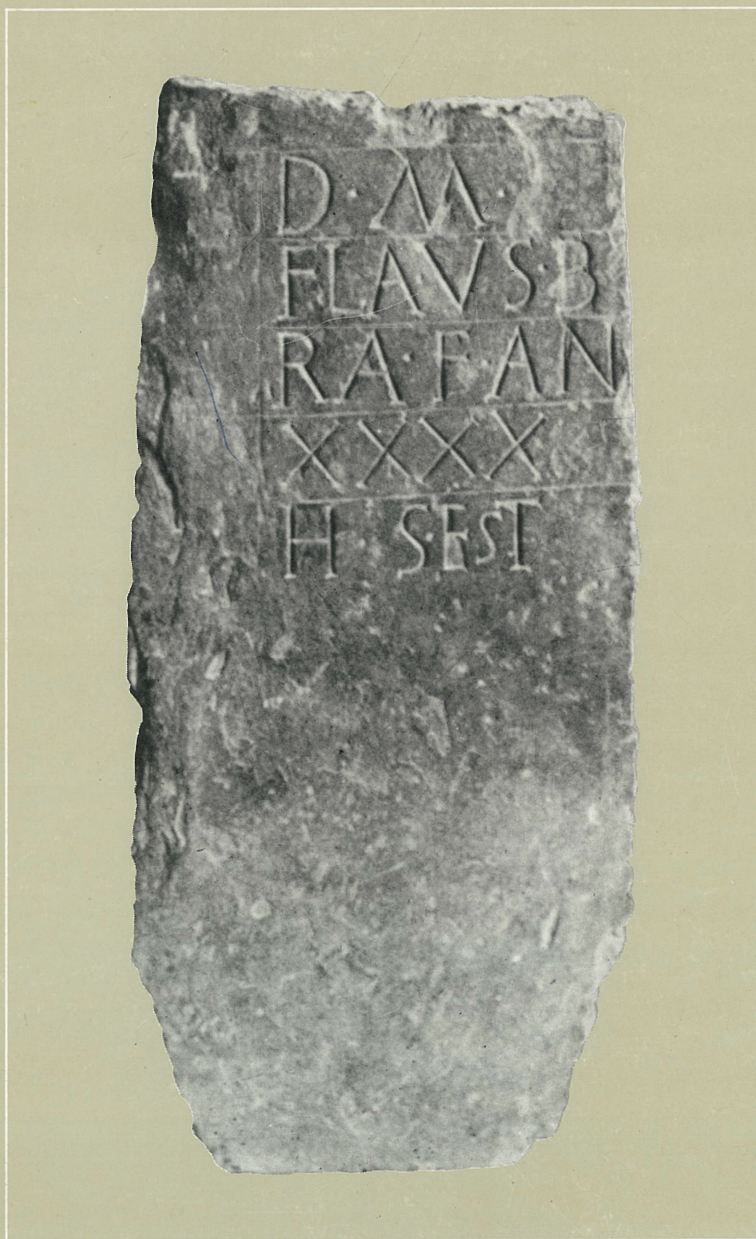


# Vallis Longus



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO  
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE CULTURA

1



# Vallis Longus

REVISTA CIENTÍFICA ANUAL  
DA SECÇÃO DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA  
DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE CULTURA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA

1

1985

Revista Anual  
Procedida da Câmara Municipal de Vilhena  
1.º trimestre, 1985, edição especial  
Agrupamento  
SLM, Gestão e Serviços Municipais, Rua Paulo  
Campos, 100, Vila  
Grande, Vila Rica, Mato  
Leão, 1985

Deposito legal nº 10.124/85



Valle Lougue

Revista Anual  
Propriedade da Câmara Municipal de Valongo  
2.ª tiragem: 4 000 exemplares.  
Arranjo gráfico:  
BLM, Gestão e Serviços Publicitários, Lda., Porto  
Composição e impressão:  
Gráfica Maiadouro, Maia  
Maio, 1989.

Depósito legal n.º 6154/84







---

## SUMÁRIO

- 5 **Nota de Abertura**  
*João Moreira Dias*
- 7 **Introdução**  
*Humberto Baquero Moreno*
- 9 **Acta das Primeiras Jornadas Culturais  
do Concelho de Valongo**
- 11 **Abertura**  
*João Moreira Dias*
- 15 **A Importância da Almocrevaria  
no Desenvolvimento dos Concelhos  
durante a Idade Média**  
*Humberto Baquero Moreno*
- 25 **Valongo e as Lutas Liberais**  
*Eugénio Francisco dos Santos*
- 31 **As Tradições Mais Relevantes  
no Concelho de Valongo**  
*Manuel Pinto*
- 37 **O Desenvolvimento Urbanístico  
das Áreas Metropolitanas  
— O Caso de Valongo**  
*José Gomes Fernandes*
- 43 **Contributo do Município  
no Desenvolvimento Cultural  
da Comunidade**  
*Francisco Barbosa da Costa*
- 49 **Raridades Biológicas  
no Concelho de Valongo**  
*Manuel Cabral Rezende Pinto*
- 53 **Valongo e os Artistas Plásticos**  
*Joaquim Pacheco*
- 55 **Encerramento**  
*José Marques Craveiro*



---

## **Nota de Abertura**

*Com a publicação deste volume contendo as comunicações apresentadas nas primeiras Jornadas Culturais de Valongo, dá-se um passo em frente no sentido de um propósito por nós acalentado. Trata-se, com efeito, de pôr em execução um vasto plano de cultura, ao serviço do concelho, de que esta publicação faz parte integrante. Conscientes de que uma política cultural exige uma reflexão sobre o papel do homem como agente do progresso, importa sobretudo dinamizar as potencialidades que resultam da sua acção. A Câmara Municipal de Valongo aposta decididamente neste tipo de realizações, plenamente convicta de que compete ao homem um esforço de reconhecimento e descoberta da sua própria identidade, na medida em que ele próprio responde a uma permanente interacção entre o seu estar-no-mundo e o meio que o rodeia. Assim, julgamos ser necessário um esforço constante no prosseguimento deste tipo de actividades, em que se conjugue em perfeita harmonia o estudo do homem e do meio local, e ainda sem esquecer que o mesmo faz parte integrante do todo nacional.*

*Lançada a semente, queremos prosseguir na senda agora encetada. Para isso não regatearemos os meios, esperando que os cultores das ciências humanas, sociais e materiais possam corresponder ao nosso propósito que visa, com a ajuda de todos, o engrandecimento do concelho, enquadrado num justo equilíbrio entre o progresso material e espiritual.*

*O Presidente da Câmara*

**Dr. João Moreira Dias**



---

ACTA DAS PRIMEIRAS  
JORNADAS CULTURAIS  
DO CONCELHO  
DE VALONGO

## Introdução

*Uma palavra de louvor cabe aqui dirigir ao Presidente da Câmara Municipal de Valongo, Dr. João Moreira Dias, que com a prestimosa colaboração da vereação concelhia e dos serviços culturais da autarquia, empreendeu a tarefa de levar a bom termo as primeiras Jornadas Culturais de Valongo. O modo como as mesmas decorreram e o interesse dos temas versados, num amplo leque abrangendo as ciências do homem e da natureza, permite-nos olhar para o futuro com a certeza de que outras actividades serão materializadas num concelho que aposta em desenvolver as valências culturais e preparar o homem para as grandes tarefas da «empresa de ser homem», na feliz expressão de Lain Entalgo. Apenas através do diálogo é que o ser humano se realiza na sua missão social, cumprindo aos responsáveis pela «república» forjar as condições que possibilitem ao cidadão comum o enriquecimento da sua mente e a valorização do seu espírito. Para isso importa que o vector cultural forje o homem novo, que sem esquecer a sua inserção no tecido social, deverá afirmar-se pela sua identidade, que o liberte da maior ameaça que impende sobre ele e que consiste na «massificação».*

*O empenhamento da Câmara Municipal de Valongo no desenvolvimento do pólo cultural deverá ser encorajado e apoiado por todos aqueles a quem cumpre lutar pelo engrandecimento espiritual do homem, tendo presente a necessidade de estabelecer um verdadeiro processo de democratização da cultura, que se traduz em aproximar as formas mais diversificadas do conhecimento junto das populações mais carecidas de elementos desta natureza. Promover culturalmente os homens dos concelhos é uma tarefa que cabe aos responsáveis autárquicos, pelo que todas as formas de empenhamento nessa acção cultural devem ser postas em prática. A nossa convicção pauta-se pelo princípio que a dinâmica agora encetada pelo concelho de Valongo deverá prosseguir num ritmo que corresponda a um anseio daqueles que vêem na cultura uma forma de aperfeiçoamento valorativo do cidadão, conscientes de que só assim será viável um autêntico progresso moral e material. São esses os nossos votos.*

Humberto Baquero Moreno





---

## Abertura

João Moreira Dias \*

Minhas Senhoras e  
Meus Senhores

Por inerência do cargo que desempenho cabe-me a subida honra de proferir as primeiras palavras, que darão abertura ao ciclo de conferências, que, tendo hoje o seu início, se prolongarão durante os dias de amanhã e de domingo próximo.

Antes de mais gostaria de saudar os ilustres convidados que nos honrarão com a sua presença durante a realização destas Jornadas Culturais e agradecer a sua aceitação para dissertar sobre temas tão caros e importantes para a vida do nosso Município.

Na pessoa da ilustre assistência presente e de todos aqueles que de qualquer forma, quer pela sua presença, quer pela sua colaboração, nos irão acompanhar durante esta série de conferências, desejaria igualmente saudar toda a população do Concelho, na medida em que, estamos convencidos, estas jornadas culturais serão um ponto importante do relançamento cultural que todos nós gostaríamos de ver implementado dentro da área do Município, pois estamos certos que é através da constante e saudável prática do fenómeno cultural, que se desenvolvem harmoniosamente as sociedades

humanas e, conseqüentemente, as civilizações mais evoluídas e estáveis.

A nível regional e local hoje, mais do que nunca, urge incentivar a prática dos fenómenos Culturais e de todo o género de manifestações que, de qualquer forma, tragam no seu seio germens produtores de um novo homem e, naturalmente, de uma nova forma de estar na vida. E isto é tanto mais urgente e necessário quando, como é o caso do Município de Valongo, nos encontramos inseridos numa região de desenvolvimento urbano tão intenso e que há já uns bons anos vem descaracterizando culturalmente a sua população em troca da formação da chamada sociedade urbana, altamente consumidora dos mais variados tipos de bens e que, infelizmente, nunca tem conseguido a disponibilidade de tempo minimamente necessária para praticar e produzir o bem mais essencial e enriquecedor, que deve estar na base da formação dos homens de hoje e de amanhã, através do despertar daquilo a que me permito denominar de «Curiosidade do saber», criando-se a predisposição natural e humana de uma formação contínua, tão diversificada e tão vasta e onde a palavra ensino — a ser correcto o uso de tal termo —

\* Licenciado em História, Presidente da Câmara Municipal de Valongo



tem o seu significado mais rico e profundo. Temos para nós que o fenómeno cultural, apesar da sua grande complexidade, é algo onde tudo e todos são ao mesmo tempo alunos e mestres; é o saber receber toda e qualquer herança sempre rica de conteúdo e com ela ter a capacidade de diálogo, em todo o momento presente, tendo em vista a formação de uma trajectória humana no futuro, que permita ao homem atingir cada vez mais a sua plenitude.

Pensamos, que o homem terá que ser cada vez menos um ente pejado de hábitos e alienado a modas mais ou menos cientificamente geridas, para passar a ser cada vez mais o ser pensante autónomo e liberto que, como já atrás dissemos, está na base de uma sociedade ideal culturalmente realizada.

Ora, voltando novamente às regiões de forte componente urbana, é exactamente aí que o homem se sente mais desencantado, mecanizado aos mais variados hábitos, diria mesmo escravizado pelas suas próprias contradições geradas pela máquina urbana que ele próprio constrói, que abraça agora para instantes depois repudiar e onde o fenómeno pomposamente denominado de cultural é produzido programadamente e consumido como qualquer outro bem de consumo.

O avanço do fenómeno urbanístico tem massificado o indivíduo, despindo-o em muitos casos dos valores culturais de que era portador antes de ter entrado na vida urbanizada.

O crescente peso do desenvolvimento da componente urbanística no nosso País e nomeadamente na zona da área metropolitana do Porto, nunca foi, e ainda não o é, acompanhada da necessária componente cultural capaz de gerar Comunidades que, embora urbanizadas, se identifiquem através da prática de valores culturais necessários ao aparecimento da personalidade comunal.

Todavia, também pensamos que perante o enorme desencanto do indivíduo, que neste momento se começa a verificar, face ao meio urbano em que vive, proveniente essencialmente das grandes contradições a que está constantemente sujeito, se está no limiar de uma época propícia para despertar a curiosidade à volta de valores fundamentais capazes de gerar o espírito que deve servir de base a toda e qualquer Comunidade, ou seja, o despertar para uma nova prática de vida que, para além dos valores meramente materiais, contemple e desenvolva práticas muito mais acentuadas dentro do espaço

cultural através da profunda reflexão individual, mas factor absolutamente necessário à formação do verdadeiro ideal Comunitário.

Por este motivo, isto é, porque entendemos que é necessário aproveitar toda esta disponibilidade, sobretudo do homem urbano, para se abrir a novos horizontes dentro do campo cultural, achamos igualmente oportuno efectivar as Jornadas Culturais que agora se iniciam, até porque nada ou quase nada se tinha feito nesta matéria, no que se refere ao nosso Município.

Os temas versados durante estas primeiras Jornadas Culturais são felizmente ricos e são aqueles que os Serviços Municipais de Cultura da Câmara Municipal de Valongo, em boa hora seleccionaram para início de um conjunto de acções culturais que desejamos ver repetidas todos os anos e, embora sob outras formas, desejamos e nisso estamos empenhados, que se multipliquem o maior número de vezes possível.

Por outro lado, tem vindo a ser e continuará a ser importante preocupação da Câmara Municipal, fomentar a prática de actividades culturais o mais diversificadas possíveis, tendo embora sempre a preocupação de incentivar o estudo dos valores culturais de raiz local que entendemos ser necessário e útil fazer reavivar e transmitir às novas gerações e a toda a população em geral, sobretudo a todos aqueles que, embora não naturais do Concelho, por diversas razões o escolheram para berço dos seus filhos. Como é sabido, os movimentos internos da população, ocasionam a maior parte das vezes inaptações sociais nos Municípios urbanos que somente através de acções e motivações de índole cultural se conseguem ultrapassar.

Estamos conscientes do muito que há para realizar, em todos os sectores e em todas as matérias, mas temos igualmente consciência que, em matéria cultural, mesmo ao nível do País, muito pouco tem sido feito e, naturalmente, o Concelho de Valongo não tem fugido a esta infeliz regra.

Porque sobre o mundo, de uma maneira geral, paira o espectro de uma crise Social geradora por sua vez de uma crise Económica igualmente latente, é para nós bastante claro que na origem destes fenómenos pesam fundamentalmente as desmotivações de cariz cultural que a maior parte das Sociedades modernas arredaram do seu seio.



Porque se torna necessário e imperioso que a visão pessimista do presente e a ideia de um futuro ainda mais negro deixe de ser a constante preocupação da humanidade em geral, torna-se necessário que os poderes públicos legalmente constituídos promovam a cultura de valores humanos um pouco por todo o lado esquecidos em detrimento de valores materiais, por vezes bem menos necessários.

Como autarcas estamos conscientes disso e dentro dessa linha de orientação temos vindo a desenvolver esforços. É prova disso a criação dos Serviços Municipais de Cultura, faz exactamente este mês um ano, e também os esforços

desenvolvidos por esses mesmos serviços em todas as acções que têm levado a cabo dentro de um âmbito cultural bastante diversificado.

Ao terminar desejo mais uma vez agradecer a todos aqueles que, de qualquer forma, têm vindo a colaborar leal e desinteressadamente com a Câmara Municipal, contribuindo com a sua acção para que a libertação do homem seja produto de ele mesmo, fruto do seu livre pensamento, sem influências de grupos mais ou menos organizados ou poderosos que o assimilem e lhe imponham uma personalidade falaciosa e humanamente distorcida e inconveniente.



## A importância da almocrevaria no desenvolvimento dos Concelhos durante a idade média

Humberto Baquero Moreno \*

Num território em que a rede de estradas se apresenta extremamente, deficiente avulta a importância dos transportes muares no abastecimento essencial dos concelhos, com um circuito de comunicação entre o núcleo municipal e o termo do mesmo. Um intercâmbio permanente entre as terras concelhias, produtoras de bens essenciais e os centros de realização dos mercados, seria vital para o concelho que possuísse o seu próprio auto-abastecimento. Toda essa circulação utilizava sobretudo os caminhos secundários, por vezes designados por caminhos de «ferradura» ou de «bestas», dado que o seu trânsito se processava com recurso à utilização quase exclusiva de burros, mulas e cavalos (1). Mas naturalmente a par desta circulação inter-municipal, temos ainda um outro tipo de relações no sector dos transportes que se processa entre os concelhos vizinhos ou longínquos, que obriga necessariamente à utilização de vias principais, as quais a partir do século XV aparecem muitas vezes com a designação de «caminhos reais», pelo simples facto que eram percorridos pelas comitivas régias na constante itinerância dos monarcas dos países europeus.

A conservação desta rede viária, que permitia o fluxo comercial normal, obrigava necessariamente as autoridades concelhias a estabelecer regras que pressupunham medidas permanentes de conservação das vias principais. Para isso tornava-se necessário que as populações concelhias participassem colectivamente nas grandes obras de reparação e conservação dos caminhos, o que nem sempre resultava fácil devido à tendência que se apossava das pessoas para se eximirem aos encargos e obrigações deste tipo. Bastava tornarem-se «acostados» de algum cavaleiro ou fidalgo para obter um alvará que os libertasse desse tipo de tarefas, o que com o aumento progressivo de privilegiados se tornou num flagelo que muito contribuiu para a degradação da rede viária portuguesa, conforme no-lo provam inúmeros documentos do tempo.

Outro aspecto fundamental condicionava o tráfico entre as localidades: as vicissitudes do clima. Sendo relativamente fácil a circulação nas épocas de menor pluviosidade, o mesmo

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto.



não se pode dizer em relação sobretudo ao inverno, quando as chuvadas fortes e a queda de neve tornavam praticamente intransitáveis os caminhos. Em certas alturas do ano, geralmente quando o rigor da invernia se abatia sobre o país, mais difíceis se volviam as comunicações. Apenas restava aos homens, que lutavam pela sua sobrevivência, recorrer à utilização das montadas, desde que naturalmente não tivessem de atravessar grandes cursos de água, em leitos indisciplinados e transbordados pelas enchentes, onde as precárias pontes (se exceptuarmos as romanas) houvessem desaparecido e as barcas de passagem não pudessem ser utilizadas devido ao alargamento do lençol aquático e à força torrencial dos rios.

Devido a estas e outras dificuldades, em que muitas vezes os próprios homens são culpados como agentes dos conflitos locais e nacionais, impunha-se como necessidade absoluta os próprios concelhos regulamentarem com o maior cuidado as regras a que devia obedecer o seu próprio abastecimento. Assim, se explica, que no regimento concelhio de Évora, promulgado pelo infante D. Duarte em 2 de Abril de 1421, se estabeleça no título dos almocreves, pescadeiras, vendadeiras e regateiras que «pera todos seerem em seus mantjmentos igualdados e nom auerem falimento os almocreues que ouuerem de serujr de pescados secos ou frescos e asy as regateiras que desto quiserem husar, sse trabalhem em tall guisa que dem e tenham senpre pescados que auondem aos dias e tempos que han de dar sem falimento. E nom seiam tam ousados elles nem suas melheres nem as dictas regateiras que uendam esses pescados em ssuas cassas nem em outro logar saluo na praça onde sse logo ajam de almotaçar. E o almocreue ou regateira que o a outra leuar ou descarregar por cada carrega ou costal, se mais nom for, pague para o conçelho XX reais. E o almocreue o ssua molher ou regateira sse o em sua cassa vender e o nom trazer aa praça cada uez que o fezer pague pera o conçelho XX reais.» (2)

Estas medidas revelam com clareza que os concelhos, muito em particular os que se encontravam no interior, se preocupavam com uma questão tão vital para a sobrevivência das suas populações, sobretudo no respeitante à obtenção de sal e de peixe. Impedir a especulação e a fuga às taxas que revertiam em benefício do erário municipal, constituia uma tarefa de interesse primordial que competia às autorida-

des locais. Por isso mesmo, no mencionado regimento insiste-se, lembrando aos almocreves e vendadeiras «que guardem bem a almotaçaria e tenham em praça as mostras que lhe forem dadas». Por seu turno «o almocreue ou ssua molher que o sseu pescado uender por mais, por cada uez, que pague pera o conçelho» a multa de trezentos reais brancos. E como tal se não bastasse estipulava-se que «sse for uendadeira jurada e a almotaçaria pasar e o pescado ou pam e outras cousas por mais der, demlhe logo em a praça XX açoutes, pois foy contra o juramento uendendo o pescado alheo mais que aquello que lhe he mandado (e) asy as outras cousas que ha de uender.» (3)

O cuidado do concelho de Évora, que aliás é extensivo dum modo geral a todos os municípios do país, ia ao ponto de obrigar os vendedores a prestar um juramento anual, sendo necessário que ficassem registados no livro concelhio, de modo a que um controlo mais rigoroso se pudesse fazer sobre eles (4).

Naturalmente que estas medidas apenas resultavam em parte. Nem sempre porém a culpa pertencia aos almocreves, tantas vezes vítimas de extorsões e violências. Mas a preocupação era de tal ordem que os concelhos regulamentavam a acção destes homens de modo a obterem benefícios. O alvará régio de 5 de Agosto de 1388, outorgado ao concelho de Elvas, insere-se nesta política, ao concederem-se facilidades aos almocreves dessa vila que saíssem à procura de mantimentos (pão, vinho, carne e pescado) noutros locais, onde existissem posturas que impedissem essas transacções (5). Por certo que as dificuldades colocadas pelos outros municípios revelam a necessidade que estes tinham de acautelar os seus interesses vitais.

Pode-se, mesmo, falar de rivalidades entre os concelhos, ou entre lugares do mesmo concelho, na defesa dos seus objectivos. Neste domínio avultam as queixas apresentadas na vereação portuense de 20 de Dezembro de 1393, pelos próprios mercadores da cidade, ao dizerem ter sido prática corrente, desde sempre, «que o carreto de mantimentos de pam, vinhos e outras cousas que a ella vynham todo sse fazia por da dita çidade leuarem carregas de pescado e de ssal nom leixassem tirar da çidade ssem tragendo a ella carregas doutros mantimentos». Ora o que na realidade acontecia precisamente era que com «gram dano e perjuizo da dita cidade os recoueiros de Bragança e de



Chaves e de muytas outras partes com grantes arracouas de bestas cauallares e asnares ssem trgendo nenhuuns mantymientos aa dita çidade como dito he, sse hiam aa Moroça e a Matosinhos e a Sam Johane da Foz e a Gaya e Villa Noua, que eram termas da dita çidade, e leuauam dhy os pescados ssecos, frescos, ssardinhas ssoltamente, ssem alvara e mandado dos uereadores da çidade». Entendiam as autoridades municipais que, os infractores que prevaricassem, ficariam privados do dinheiro que recebessem da venda do peixe, objeto de confiscação<sup>(6)</sup>.

O contencioso que existia entre a cidade do Porto e algumas localidades do seu termo, já havia sido objeto de análise na vereação portuense de 12 de Março de 1393. Havia conhecimento que os barqueiros de Avintes, Valbom, Campanhã e Guimarães, vendiam algumas espécies, como era o caso dos sáveis e das lampreias, a «mujtos rregataens e rrecoueiros de ffora da dita çidade, que os leuauam pera outras partes, nom tragendo esses rregatoens nem rrecoueiros nemhuus mantymientos de pam nem doutras mercadorias aa dita çidade, pella qual rrazom e ousança a dita çidade careçia de mantymientos». O poder autárquico manifestava-se daquela vez a favor da aplicação de multas progressivas aos infractores<sup>(7)</sup>.

Outras vezes atribuíam-se as culpas, do desvio dos almocreves em relação aos seus pontos de destino, às próprias autoridades locais. Esta situação aparece-nos testemunhada pela carta de D. João I, de 24 de Abril de 1430, em que se dá notícia de que os almocreves alentejanos que transportavam mercadorias para a vila de Setúbal, recebiam tão grande número de agravos, que se viam na necessidade de as venderem em lugares como Palmela e Coina, onde não sofriam tantas opressões. O agravo principal residia na impossibilidade de comprarem o peixe sem que préviamente vendessem todo o pão que transportassem. Na prática sucedia «muutas uezes que o nom podem tam asinha uender (e) por leuarem o pescado ao tempo da uenda aos lugares, dondeo ham de leuar, leixam o dicto pam encomendado ao paaceiro e aalgũas outras pessoas pera lho auerem de uender deugar, e uos nom lho querees consentir e mandaaes que lhe nom leixem tirar cargas do lugar, a menos de uenderem per ssy o dicto pam, nem querees consentir que outrem por elles o uenda». Deste quadro, tido altamente por inconveniente, resultavam perdas graves para

as rendas do erário público e do próprio município, no entendimento de D. João I, que sentenciava «por aazo desto nom som seruydos como lhes cumpre e a nos as cousas som odiosas». Na mesma linha de pensamento, o rei D. Duarte, em 28 de Novembro de 1435, confirmava a carta de seu falecido pai, exprimindo ser a mesma «muy proueitosa a toda gente e a nossas rendas e djreitos e os dantre Teio e Odiana seerem mjlor de pescados e do que lhes cumpir do dicto logo de Setuual.»<sup>(8)</sup>

Apesar destes ou doutros entraves postos pelos municípios à actividade dos almocreves doutras localidades, a verdade é que esses homens resultavam indispensáveis ao seu abastecimento e manutenção. A testemunhar a sua indispensabilidade, temos a declaração efectuada nas cortes de Elvas, convocadas por D. Pedro I em 1361, em que expressamente se diz haver vilas em Portugal «que por a mayor parte nom som mantheudas de viandas senom por carreto de bestas». Sucedia que algumas vezes altos funcionários da casa real «tomam todas estas bestas e levamnas e algũas vezes as fazem passar por tres e quatro villas, em que poderiam aver outras, e por esta rrazom ficam as villas e logares minguados de mantimento, avendo em alghũus cincoenta destes logares anadees certos porque taaes bestas devem seer dadas». Os procuradores concehios requeriam ao rei que ordenasse «quando esto acontecesse que essas bestas fossem dadas por os anadees dos logares e hu nom ouvesse anadees por o juiz e que possa leixar dellas pera mantimentos dos logares (...e...) que tanto que chegassem aos logares hu podessem aver outras que leixassem estas que assi levassem.»<sup>(9)</sup>

A questão da apreensão das montadas aos almocreves já não era nova. Basta recordar a queixa apresentada pelo concelho de Lisboa, nas cortes Santarém de 1331, convocadas por D. Afonso IV. Não mais expressiva podia ser a acusação ao falarem do «agrauamento das azemelas que os almocreues trazem a guanho, que lhas tomam também pera o reyno como pera fora, nom his dando penhores nem fyadores e nom nas pedindo aa justiça, e leuamnas per força contra uontade de seus donos e contra aquelo que sobre esto Elrey Dom Denys mandou que he confirmado per Elrey Dom Affonssso.»<sup>(10)</sup>

Também nos capitulos gerais apresentados nas cortes de Coimbra de 1390 o problema volta



a ser colocado. Desta feita porém punha-se de um modo diferente. Dizia-se haver «almocreues que ham de carretar dhũa parte aa outra as cousas que conpren aos homens por seus dinheiros e que algũus senhores deste regno lhe gaanharem de nos cartas per que lhes nom tomem suas bestas». Acontece, ainda, que «outros tragem cartas que nom som seus per que lhas nom tomem, e que taaes hi ha destes senhores que nom quererem consentir, que os que os moram nos lugares que lhes nos demos em que ham jurdiçom sejam costringudos pera vijr seruijr com suas bestas per mandado dos juizes que ham jurdiçom nas suas terras e que por esto faleçem as bestas pera nossas carregas e da reynha» D. Filipa de Lencastre. Requeriam a D. João I que tais cartas não valessem, cumprindo-se a determinação dos juizes, não obstante «que a jurdiçom seia do senhor da terra per guisa que nom embarguem esses fidalgos», no que aliás anuia o monarca <sup>(11)</sup>.

Como acabámos de ver a crítica dos representantes concelhios incidia sobre os fidalgos que, senhores da jurisdição das terras, tomavam atitudes que lesavam as decisões dos juizes da coroa e os interesses da própria realza. Esta reacção dos concelhos contra o crescente aumento do poder senhorial vislumbra-se com particular insistência. A reclamação apresentada pelo concelho de Chaves a D. João I, que se traduz na carta régia de 18 de Janeiro de 1392, demonstra bem este tipo de apreensões. Eles próprios dizem que estando isolados «em o extremo» do país, não podem ser fornecidos «de sall e de pescados e de parte de outros mantimentos que compre aos moradores da villa e outras pessoas que per ella chegam de fora parte, sauo per carreto de bestas». Sucedia com relativa frequência que «essas bestas que assy vão por esses mantimentos pera a dita villa como dito he que lhas tomam os fidalgos e outras pessoas poderosas, que as acham e leuam atee homde por bem ham com suas carregas» <sup>(12)</sup>.

Pelas razões atrás expostas temos que todos os concelhos do país tinham o seu corpo de almocreves. Ignoram-se os quantitativos para os principais centros urbanos, mas conhece-se o número de almocreves em algumas localidades pequenas. Sabemos que em 1369 o lugar de Arruda, com um conjunto de mil e quinhentos habitantes, possuia dois almocreves para serviço de abastecimento da sua população <sup>(13)</sup>. Noudar, por seu turno, obteve um privilégio régio, em

6 de Novembro de 1403, que lhe permitia ter quatro almocreves <sup>(14)</sup>, enquanto Arronches, por carta régia de 9 de Maio de 1431, situava-se em cinco almocreves <sup>(15)</sup>. Marvão, por carta régia de 5 de Maio de 1436, passava a ter o mesmo número de almocreves, que «continuadamente uão por pescados pera trazer aa dicta villa» <sup>(16)</sup>, cabendo ás Caldas da Rainha, por carta de 4 de Dezembro de 1488, apenas dois almocreves, que se deslocariam à procura de peixe para os habitantes do couto <sup>(17)</sup>.

Dum modo geral o número de almocreves ao serviço dos pequenos concelhos do país deveria situar-se na ordem de valores numéricos acima referida. Impressiona, contudo, saber que no século XVI, a cidade de Lamego tinha cem almocreves registados na câmara, o que se explica pelo seu papel económico e por ser um nó viário que ligava os portos de Aveiro e de Porto ao interior transmontano e beirão <sup>(18)</sup>. Lisboa no mesmo período dispunha de centena e meia de almocreves para o seu serviço <sup>(19)</sup>, pelo que será de supor que no século XV disporia, pelo menos de uma centena destes homens.

Além das localidades possuírem os seus homens de almocrevaria, cujo registo dependia do almotacé, temos ainda que desejavam ser visitados e percorridos pelos almocreves doutros sitios. Sintomaticamente a este respeito é o que nos revela a carta de D. Pedro I, de 10 de Outubro de 1365, outorgado ao concelho de Cabrela, em que se alude ao facto da vila se encontrar cada vez mais despovoada pela circunstância dos almocreves deixarem de a percorrer. Problema que aliás já fora equacionado no tempo de D. Afonso IV, ao serem dadas instruções para que os azeméis passassem pela estrada da vila, a não ser quando o rio trouxesse enchentes e a inundasse, sob pena de multas aplicadas aos transgressores <sup>(20)</sup>.

Esta preocupação aparece evidenciada na carta de privilégio concedida por Dom Fernando à cidade de Coimbra, em 25 de Julho de 1377. Instruem-se nela «todollos almocreues e mercadores e caminhantes e outros quaeesquer que leuarem cargas de contra o Porto e contra Viseu pera a Estremadura ou da Estremadura pera essas partes, que nom vao per Buarcos nem per Montemor nem per Tentugal, saluo se assignadamente forem pera esses lugares e nom pera outros». Todos eles deveriam circular «pella cerca da dicta cidade, sobre pena de perderem as bestas e o que leuarem» <sup>(21)</sup>.



Indivíduos e instituições encontravam nestes homens um suporte para o seu dia a dia. O caso de Gomes Eanes de Azurara, cronista do reino, encarregado da livraria e do cartório da Torre do Tombo em Lisboa, é assaz interessante. A seu pedido o rei D. Afonso V, por carta de 23 de Agosto de 1454, privilegiava os almocreves Garcia Aires e Afonso Garcia, pai e filho, residentes na vila de Castelo Branco, para que não fossem constrangidos a prestarem serviço pelos do concelho e da casa real, ficando outros sim desobrigados a darem aposentadoria e cavalaria, pois esses homens tinham a seu cargo a tarefa, em relação a Azurara, de «lhe arrecadarem sua renda e procurarem suas cousas e lhas trazerem a esta cidade (de Lisboa), o que ell per ssy pesoalmente nom podia fazer» devido ao seu ofício, sendo comendador de Alcains e da Granja do Ulmeiro nessa região beirã<sup>(22)</sup>.

Eram também o sustentáculo dos mosteiros conforme se pode exemplificar com inúmeros casos. Normalmente os mosteiros tinham um ou dois almocreves ao seu serviço. A petição apresentada pela priora e as freiras do mosteiro de São Domingos de Santarém, ao rei Dom Fernando, revela-nos «que ellas teem hũ azamel que anda com hũa sua azemalla e lhes traz lenha (e) vay ao moynho e faz as outras cousas que lhes cumprem». Por isso mesmo as religiosas diziam ao rei, «que ora ellas nom podem seer delle serujdas como deuiam, porquanto he costrangudo que pague e serua nos encarregos» de Santarém. O monarca determinava, por carta de 3 de Julho de 1383, «que o dicto azemel que com ellas viue ou outro qualquer que ao adiante com ellas viuer, que seia hũ e mais nom, seia acusado de pagar em fintas e em talhas e em aduas nem em outros quaaesquer encargos desse concelho, nem seia costrangudo pera hir com pressos nem com dinheiros nem pera serujr pera nenhũa guissa com os desse concelho nem ssem elles, emquanto com ellas viuer nem aja outros nenhũs encargos nem ofiços desse concelho contra sua vontade»<sup>(23)</sup>.

No reinado de seu antecessor D. Pedro, foi por este monarca concedida uma carta em 10 de Dezembro de 1364, em que os almocreves ao serviço do mosteiro de S. João de Tarouca, que iam buscar peixe ao Porto, comprometiam-se perante o Evangelho a levarem a referida carga exclusivamente a essa casa religiosa, não podendo transportar qualquer outro artigo<sup>(24)</sup>.

A carta de D. Afonso V, de 5 de Junho de 1467, isentava o almocreve ao serviço do mosteiro de São Francisco de Orgens, próximo de Viseu, do pagamento de feitas, fintas, talhas, pedidos, serviços e empréstimos, condução de presos e transporte de dinheiro. Isento de comparecer em alardo ou de prestar serviço militar, a sua residência não devia dar hospedagem a ninguém e os seus animais de sela ou de albarda apenas carregariam mercadorias do convento<sup>(25)</sup>.

Importantes foram os privilégios concedidos por D. João III, em 22 de Agosto de 1538, aos almocreves que iam buscar peixe para a Universidade de Coimbra, em atenção ao reitor, lentes, estudantes e oficiais dessa escola superior. Sempre que se dirigissem a estes azeméis «a qualquer porto de mar ou rio onde ouuer pescado, eles comprauam primeiro que outra algũa pessoa o pescado que lhes for necesario pera a Universidade, o qual pagaram pelos preços que outros comprarem mostrando eles çertidam do reitor como sam obrigados a darem pescado pera a Universidade». No caso de chegarem a um lugar e o peixe já tiver sido vendido, cumprirá aos «regatães» venderem-lhe o artigo pelo preço de transacção. Se houver opposição por parte dos negociantes em proceder à operação, cumprirá então aos juizes desses lugares coagirem os renitentes a fazê-lo. Se acontecer que alguma das montadas adoce ou morre o rei ordena «aos juizes e justiça de tal lugar que lhe façam alugar outra besta ou bestas pera leuar pescado a Universidade, o quall aluge eles pagaram pelo preço da terra e se for lugar em que ajam mester barquo ou batel, lho faram jso mesmo dar por seus dinheiros». Os almocreves ao serviço daquela escola ficavam isentos de dar pousadas, animais para transportar ou qualquer outro tipo de obrigações<sup>(26)</sup>.

Conforme já escrevemos noutro sítio o cargo de anadel das bestas era geralmente exercido pelos almocreves. Funções que conforme aventámos deviam equivaler à dos almotacés. Enquanto estes tinham a seu cargo manter o número de almocreves no activo, aqueles eram obrigados a proceder à revista dos animais de carga<sup>(27)</sup>. Na cidade do Porto este cargo era exercido durante um ano, o mesmo sucedendo em Elvas e noutras localidades. Foi precisamente nesta base que o mencionado concelho alentejano, nas cortes de Coimbra de 1398, apresentou ao rei D. João I um capítulo, em que



---

dizia que «em esta ujlla ha mujtos almocreues que teem cauallos e armas com que nos seruem e de sempre ouuerom seu custome de caualgar por dia de Sancto Steuam, no quall dia por seu custumo faziam hũu delles anadel per hũu ano pera dar as bestas quando cumprende as dar». Entretanto foi nomeado o besteiro do rei Gomes Pires, andel na comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana, que nunca se encontra na vila. Pedem ao rei, o concelho e os almocreues, «assy de cauallos como de pee» que se cumpra o custome «que possam fazer anadel antre ssy e da hũu ano, pella guisa que o ante husauam, nom embargando que assy dicto Gomez Pirez, uosso besteiro, ho aia geral na dicta comarca codicto he»<sup>(28)</sup>.

Recaiam sobre os almocreues diversas obrigações pecuniárias. Além das sisas que pagavam pelo transporte das mercadorias e das portagens que tinham de suportar ao passar pelas localidades<sup>(29)</sup>, viam-se agravados com o imposto da «anadaria» que revertia a favor da coroa. Elucidativa a este respeito foi a contenda travada entre o procurador da coroa Gil Pires e os representantes dos almocreues de Alter do Chão, «per razom da anadaria das bestas». Entendia o representante da coroa que deviam pagar esse imposto anualmente, tal como o faziam os de Santarém «onde elles auyam foro e carta e usos e custumes». Em sua defesa os almocreues alegavam «que nom auiam perque pagar a dicta anadaria pois eram vizinhos dAlter da Chãao, ca por hũu soldo que dauam eram escusados de portagem e de todo o outro fforo, pois vizinhos eram». Diferente era contudo o entendimento do procurador da coroa que alegava serem obrigados a pagar a anadaria, dizendo «que aquele soldo que os nom

escusaua senom da portaria». Na sua sentença de 14 de Maio de 1305 o rei D. Dinis dizia que, «uisto e catado o dicto fforo com muytos homens boos e com grande ssemença, porque achou que o dicto fforo dizia assy: almocreue que viuer per almocrauaria ffaça seu fforo hũa uez no ano ou se aueesse com aquele que a dicta anadaria teuesse por mjm e que a dicta carrejra usasse antre mjm e eles segundo como se usaua e se trazia em Sanctarem antre mjm e os almocreues de Sanctarem»<sup>(30)</sup>.

Socialmente a profissão de almocreve era modesta. Na hierarquia estabelecida no «Regimento das Profissões de Evora», em dezoito categorias profissionais ligadas aos mesteres acupavam o décimo terceiro lugar<sup>(31)</sup>. Mas a relativa liberdade de que gozavam tornava a profissão aliciante. Assim não admira que nas cortes de Lisboa de 1371, convocadas por D. Fernando, se dissesse «que algũus que soyam de seer lauradores e guardadores de gaados venderom o que tijnam e fezeronsse merchantes e almocreues e regatores e leixam de laurar e criar, e por esto he despouoada a nossa terra». Como paliativo recomendavam «que cada hũu huse de sseu mester pella guisa que foij mandado per Elrey dom Pedro», o que no fundo não passava de uma utopia<sup>(32)</sup>.

Apesar destas e doutras críticas em relação a este tipo de actividade não cabe dúvida que o papel dos almocreues teve uma importância capital no desenvolvimento da vida conceitual, cujo progresso muito ficou devendo ao pertinaz trabalho realizado por estes agentes, na sua condição de autores duma autêntica malha apertada de comunicações entre todos os núcleos de ocupação humana do território.



## NOTAS

(1) Veja-se sobre esta matéria o bem fundamentado estudo de Elisa Maria Ferreira Priegue, *Circulación y red viaria en la Galicia medieval*, in Actas do Colóquio «Les Communications dans la Péninsule Ibérique au Moyem Age», ed. C.N.R.S., Paris, 1981, p. 71.

(2) Arquivo Distrital de Évora, *Livro Pequeno de Pergaminho*, n.º 66, fol. 30v. Documento publicado em apêndice.

(3) Idem, *Ibidem*.

(4) Idem, *Ibidem*.

(5) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 36. Documento publicado no meu livro *A acção dos almocreves*, Porto, 1979, pp. 218-219.

(6) *Vereações de 1390-1395*, in «Documentos e memórias para a História do Porto», 2.ª ed., Porto, s/d., pp. 218-219.

(7) Idem, *Ibidem*, pp. 181-182.

(8) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fol. 16v. Documento publicado por Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 66-68.

(9) Visconde de Santarém, *Alguns documentos para a história e theoria das cortes geraes*, 2.ª parte, Lisboa, 1828, pp. 50-51.

(10) Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro 1 de Cortes*, fol. 22.

(11) Idem, *Ibidem*, fol. 67v.

(12) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro 1 de Além-Douro*, fols. 118-118v. Documento por mim publicado in *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV*, separata do «Boletim do Arquivo Distrital do Porto», vol. I, Porto, 1982, pp. 14-15.

(13) A. H. de Oliveira Marques, *Estratificação económica-social de uma vila portuguesa na Idade Média*, in «Ensaios de História Medieval», Lisboa, 1965, pp. 167 e 171.

(14) Humberto Baquero Moreno, *Elementos para o estudo dos coutos de homeziados instituídos pela coroa*, in «Portugaliae Historica», vol. II, Lisboa, 1974, p. 24.

(15) Idem, *Ibidem*, p. 33.

(16) Idem, *Ibidem*, p. 29.

(17) Idem, *Ibidem*, p. 56.

(18) Rui Fernandes, *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego*, in «Collecção de Inéditos de História Portuguesa», vol. V, Lisboa, 1926, pp. 592-593.

(19) Jorge Borges de Macedo, *Almocreve* in «Dicionário de História de Portugal» de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, s/d., p. 120.

(20) Henrique de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. V, Lisboa, s/d., p. 142.

(21) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fol. 12. Documento parcialmente publicado no meu estudo *Alguns documentos para o estudo das estradas medievais portuguesas*, separata da «Revista de Ciências do Homem», vol. V, série A, Lourenço Marques, 1972, p. 15.

(22) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fol. 113. Documento publicado por Francisco Maria Esteves Pereira no apêndice documental à *Crónica da tomada de Ceuta*, Lisboa, 1915, doc. VI, pp. 291-292.

(23) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fol. 75. Documento publicado em apêndice.

(24) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Pedro*, livro único, fol. 103v.

(25) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, livro 6, fols. 104v-105. Documento publicado no meu livro *A acção dos almocreves*, pp. 83-86.

(26) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, livro 44, fol. 106. Documento publicado em apêndice.

(27) Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 28.

(28) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 65. Documento publicado em apêndice.

(29) Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, pp. 18-19.

(30) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gaveta XIII*, maço 1, n.º 11. Documento publicado em apêndice.

(31) A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1964, pp. 147-148.

(32) Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro 1 de Cortes*, fols. 53v-54.



---

## DOCUMENTO I

Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue a quantos esta carta virem, ffaço saber como contenda ffosse perante o dayam de Braga e de Euora, ouuidor dos meus ffeytos, antre mijm per Gil Pirez meu procurador da hũa parte, e os almocreues dAlter do Chãao per Martim Pirez Morgado e per dom Bertolameu seus procuradores auondosos da outra, per razom da anadaria das bestas, que o dicto meu procurador dizia que os dictos almocreues a mijm deujam a pagar en cada hũu ano hũa uez, segundo como a mijm pagauam os almocreues de Sanctarem onde elles auyam fforo e carta e usos e custumes.

E os dictos almocreues diziam que nom auiam perque pagar a dicta anadaria pois eram vizinhos dAlter do Chãao, ca por hũu soldo que dauam era escusados de portagem e de todoo outro fforo, pois vizinhos eram. E o dicto meu procurador dizia que aquele soldo que os nom escusaua senom da portaria e que de todo en todo poys almocreues eram, deuyam ffazer a carreira de sexdo maas ou sse auyrem com aquele que por mijm teuesse a dicta anadaria. E sobresto muytas razões razoadas da hũa e da outra parte o dicto ouuydor teue por bem de ueer o dicto fforo de Sanctarem sobre esto.

E uisto e catado o dicto fforo com muytos homens boos e com grande ssetença, porque achou que o dicto fforo dezia assy almocreue que uiuer per almocreueria ffaça seu fforo hũa uez no ano, ou se oueesse com aquele que a dicta anadaria teuesse por mijm e que a dicta

carreira usasse antre mijm e os almocreues de Sanctarem. Da qual sentença nom ffoy appellado. Em testemuynho desto dey ende esta mha carta ao dicto meu procurador ou aquele que esteuer em essa vila dAlter do Chãao por mijm.

Dante em Sanctarem catorze dias de Mayo. ElRey o mandou pelo dayam de Bragaa e de Euora seu clerigo. Affonso Dominguis a ffez, era de mil e trezentos e quareenta e tres anos (1305).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo,  
Gaveta XIII, maço 1, n.º 11.

## DOCUMENTO II

Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Alguarve. A uos corregedor juizes de Santarem e a outros quaaesquer que esto ouuerem de (saber) saude, sabede que a priorressa e donas do Moesteiro de Sam Domjngos dessa villa, nos enuiarom dizer que ellas teem hũu azamel que anda com hũa sua azemalla e lhes traz lenha a (sic) vay ao moynho e faz as outras cousas que lhe cumprem. E que ora ellas nom podem seer delle serujdas como deuiam porquanto he costringudo que pague e serua nos encarregos desse conçelho.

E enuiaromnos sobrello pedir merçes e nos veendo o que nos dizer e pedir enuiarom e querdolhes fazer graça e merçee, teemos por bem e mandamos que o dicto azamel que com ellas viue, ou outro qualquer que so adeante com ellas viuer, que seia hũu e mais nom, seia scusado de pagar en fintas e em talhas



e em aduas, nem em outras quaaesquer encarregos desse concelho, nem seia costrangudo pera hir com pressos nem com dinheiros nem pera serujr pera nêhũa guissa com os desse concelho nem ssem elles, emquanto com ellas viuer, nem aja outros nêhũus encarregos nem ofiçios desse concelho coontra sua vontade. Porem uos mandamos que o nom costrangades, nem mandedes pera ello costranger, nem consentades a outra nêhũa pessoa que o pera ello costranga, por que o nos auemos de todo por scusado. Al nom façades. Dante Lixboa tres dias de Julho. ElRey o manlou per Gil Eanes seu vasallo e corregedor em na sua corte. Gonçalo Gonçallves a fez era de mjl iiijc e xxj anos (1383).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo,  
*Chancelaria de D. Fernando*, livro 3,  
fol. 75.

### DOCUMENTO III

#### *Artigos com sua resposta que perteencem aa Villa dElvas*

Dom Joham pella graça de Deus de Portugal e do Algarve. A todollos corregedores, juizes e justiças dos nossos regnos e a outras quaaes quer pessoas e officiaaes que esto ouuerem de uer per qualquer guisa que seia a que esta carta for mostrada, saude sabede que nas cortes que ora fizemos na cidade de Cojmbrã nos foram dados per os procuradores da nossa villa dElvas da parte do dicto concelho certos artigos antre os quaes for este que se adiante segue com a resposta a elle dada.

Outrossy senhor em esta ujlla ha mujtos almocreues que teem cavallos e armas com que nos seruem e de sempre ouuerem seu custume de caualgar por dia de Sancto Steuam, no qual dia por seu custume faziam hũu delles anadel por hũu ano pera dar as bestas quando cumpria de as dar. E ora Chegou hi hũu vosso besteiro a que dizem Gomes Pirez e amostrou hũa nossa carta per que o destes por anadel dantre Teio e Odiana, o qual nunca esta em esta villa. Porque uos pedem por mercee o dicto concelho e almocreues assy de caualllos como de pee. que lhe mandedes que usem do dicto seu custume que possam fazer anadel antressy cada hũu ano, pella guisa que o ante husauam, nom embargando que assy o dicto

Gomez Pirez vosso besteiro ho aia geeral na dicta comarca como dicto he.

Praznos de lho outorgar pella guisa que o pedem. E porem uos manda os que lho cumprades e guardades e lhe nom uaades nem consentades hir contra ello em nehũa maneira, porquanto nosa mercee e talante he de lhe assy seer cumprido e guardado pella guisa que o elles pedirom e lhe per nos he outorgado. Vmde al nom façades. Dente na dicta cidade de Cojmbrã XXX dias de Janeiro. Elrey o mandou per Ruy Lourenço, dayam da dicta cidade, e per Joham Afonso seu uasallo, ambos do seu desembargo. Joham Romeu a fez era de mjl iiijc xxxbj anos (1398).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo,  
*Chancelaria de D. João I*, livro 2,  
fol. 165.

### DOCUMENTO IV

#### *Titulo dos almocreues e pescadeiras e uendedeiras e regateiras*

Item pera todos seerem em sseus mantijmentos jgualdados e nom auerem falimento os almocreues que ouuerem de serujr de pescados secos ou frescos, e asy as regateiras que desto quiserem husar sse trabalhem em tall guisa que dem e tenham senpre pescados que auondem aos dias e tempos que o ham de dar sem falimento. E nom seiam tam ousados elles nem ssuas molheres nem as dictas regateiras que uendam esses pescados em ssuas cassas, nem em outro lugar, saluo na praça onde sse logo ajam de almotaçar. E o almocreue ou regateira que o a outra parte leuar ou descarregar por cada carrega ou costal, se mais nom for, paque pera o concelho \_\_\_\_\_ xx reais.

E o almocreue o ssua molher ou regateira sse o em sua cassa vender e o nom trouxeo aa praça cada uez que o fezer pague pera o concelho \_\_\_\_\_ xx reais.

Item façam em tall guisa que guardem bem a almotaçaria e tenham em praça as mostras que lhe forem dadas. E o almocreue ou ssua molher que o sseu pescado uender por mais por cada uez pegue pera o concelho \_\_\_\_\_ iiijc reais.

E sse for uendedeira jurada e a almotaçaria pasar e o pescado ou pam e outras cousas por mais der demlhe logo em a praça xx açoutes,



pois foy contra o juramento uendendo o pescado alheo mais que aquello que lhe he mandado. E asy as outras cousas que ha de uender.

E essas uendedeiras que ouuerem de fazer taaes uendas seiam scriptas no liuro do concelho e hi lhe seia dado juramento em cada hũu anno.

... ..

Encomendamasuos e mandamos que em todas estas cousas tenhaes maneira por as fazerdes djreitamente conprindo a ordenaçom e regimento e nom agrauando nenhũu a ssem razom. E quando o asy fezerdes seede çertos que ElRej meu Senhor e nos uollo teeremos em serujço e uos faremos por ello merçee. E doutra guissa faremos de uos djreito a quem nollo requerer. Dante em a cidade dEuora dou(s) dias do mes dabrill. O Ifante o mandou DiegAlvarez o fez. Era de mjl e iijc e Lix annos. (1421).

Arquivo Distrital de Évora, *Livro Pequeno de Pergaminho*, n.º 66, fols. 30 e 30v, e fol. 46.

#### DOCUMENTO V

Dom Joam etc. A quantos esta minha carta virem ffaço saber que eu ey por bem e me praz por fazer merçe ao reitor, lentes, estudantes, e officiaes da Universidade dos estudos que ora nouamente ordeney na minha çidade de Coimbra, que os almocreues obrigados a trazer pescado pera a dita Universidade tenham e ajam os priuilégios e liberdades seguidos.

Item chegando os ditos almocreues obrigados a qualquer porto de mar ou rio onde ouuer pescado, eles compraram primeiro que outra algũa pessoa o pescado que lhes for necessário pera a Universidade, o qual pagaram pelos preços que outros comprarem mostrando eles çertidam do reitor como sam obrigados a darem pescado pera a Universidade. E sendo caso que quando os dictos almocreues chegarem não achem ja pescado pera comprar por ser tudo vendido a outros almocreues e regatães naturais deste reino ou estrangeiros, ey por bem e

mando que os taes almocraues (sic) ou regatães que o teuerem comprado pelo proprio preço que ho comprarem. E nam lhes querendo eles dar, mando aos juizes e justiças dos taes lugares que lho façam dar por seus dinheiros pelo mesmo preço que os outros o teuerem comprado. De maneira que os taes almocreues da Universidade nom serem sem pescado e isto mostrando eles certidam do reitor como dito he.

Item se acontecer que yndo asy os ditos almocreues ou vindo com suas cargas cansandolhe ou enmagueçendolhe algũa besta ou bestas mando aos juizes e justiças de tal lugar que lhe façam alugar outra besta ou bestas pera leuar pescado a Universidade, o quall aluger eles pagaram pelo preço da terra e se for lugar em que ajam mester barquo ou batel lho faram jso mesmo dar por seus dinheiros.

E asy ey per bem e me praz que enquanto os taes almocreues forem obrigados e durando o tempo de sua obrigação lhe nom tomem suas bestas pera outro algũ seruiço, nem caregas nem lhe tomem suas pousadas, pam, vinho, galinhas, palha, ceuada, nem outra cousa de seu, contra sua vontade, nem sejam constringidos que syruam nos encargos e ofiços do conçelho, porque pera asy serem obrigados a Unyversydade os ey por escusos e priviligiados das ditas cousas. E mando aos juizes e justiças dos lugares omde jsto for, que em todo eso façam cumprir esta minha carta sob pena de xx cruzados que ey por bem que cumpram os que aasy não conprirem, a metade pera a arca da Unyversydade e a outra metade pera o tal regatam. E mando ao corregedor da comarca de Cojmbra que nam o querendo os ditos juizes e justiças asy cumprir, que ele faça entregar a metade na dita arca das escolas e a outra ao regatam que acusar.

Dada em a minha çidade de Lixboa aos xxij dias do mes dagosto. Diogo Goncalvez a fez ano do nacymento de Nosso Senhor Jhesũ Chrispto de jbxixbiiij anos. Amerique da Mota a fez escruer.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, livro 44, fol. 106.



---

## Valongo e as Lutas Liberais

Eugénio Francisco dos Santos \*

Em 8 de Julho de 1832 desembarcava, em Arenosa de Pampelido, uma expedição cuidadosamente preparada a partir das ilhas dos Açores, composta por uns 7 500 homens, os quais passariam, mais tarde, a ser conhecidos (impropriamente, diga-se) como os *bravos do Mindelo*. Comandava-os superiormente D. Pedro, duque de Bragança, o qual, ao deixar as ilhas atlânticas, comovido pela fidalguia com que, tanto ele como os seus homens, aí haviam sido tratados proclamara:

«Deixo-vos, fiés açorianos, mas levo comigo uma viva lembrança da vossa fidelidade e do vosso patriotismo, desta terra clássica da liberdade portuguesa, berço ilustre da regeneração da mãe pátria».

A empresa a que decidiram votar-se era árdua e difícil, sabiam-no bem os expedicionários. Corria-se o risco da própria vida. Parecia até uma loucura a empresa encetada por este punhado de homens, corajosos, idealistas, mas conscientes do perigo.

Com efeito, as forças miguelistas ascendiam a uns 80 000 homens, encontrando-se bem escalonadas ao longo da costa, designadamente à roda de Lisboa, onde se esperava o ataque dos liberais. A diferença numérica era aterradora, mas mesmo assim, os fiéis seguidores de

D. Pedro, convencidos de que teriam o apoio maciço da população, decidiram avançar. D. Pedro assegurava-lhes que o que eles vinham trazer à nação era a paz, só ela, e que a guerra era dirigida apenas ao «governo hipócrita, despótico, usurpador», de seu irmão. Contava, pois com uma entrada triunfal na cidade do Porto, cidadela donde os ideais do liberalismo mais se haviam feito sentir, já desde 1817. Após os primeiros contactos e apesar da fuga precipitada de alguns notáveis da cidade, como o bispo e os desembargadores, a apoteose não teve lugar! Era a guerra que esperava, afinal estes homens, embora a marcha sobre a *cidade invicta* tenha sido fácil e rápida. As cores azul e branca do Duque de Bragança flutuavam em vários pontos, mas nenhum soldado miguelista se juntava às suas hostes, o que era uma decepção. O próprio povo refreara a curiosidade e entusiasmo da 1.ª hora e trocara-o, prudentemente, pela retracção e desconfiança... Prometeram-se prémios aos desertores do exército miguelista e alguns aceitaram-no, mas as hostes liberais também sentiam alguns abandonos e até mais numerosos! Dura e friamente se

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto.



impusera uma constatação: a guerra, e apenas ela, decidiria a sorte de vencedores e vencidos. Trágico dilema. Os liberais sentiram a dura realidade e preferiram bater-se pelos seus ideais, mesmo até ao sacrifício total.

Antes de considerarmos a importância e o peso estratégico que esta vila de Valongo teve nesses eventos, decisivos para o futuro do nosso país, nesse ano já longínquo de 1832, parece-nos fundamental uma reflexão sobre o próprio ideário liberal, o que nos ajudará a compreender melhor todo o desenrolar ulterior do nosso passado colectivo. Com efeito, não foi apenas o século passado que viveu sob o docel do liberalismo. Creio que ainda hoje hesitamos entre um modelo de sociedade mais liberal, aberto, individualista e um outro centralizador, autoritário, paternalista, os quais, em traços largos já então estavam em choque frontal.

O liberalismo não é fácil de caracterizar e, menos ainda, de definir tanto mais que passou do século XIX europeu, ou melhor, ocidental, com muitas cambiantes e colorações locais inegáveis. Todos os movimentos da época contemporânea se apoiaram nessa noção base que lhe esteve subjacente — a liberdade. Por ela se bateram homens e grupos muito diferentes, os quais, à 1.ª vista, pouco tinham em comum, justamente porque recusavam, à partida deixarem-se enredar por instituições que limitassem essa mesma liberdade, sentida, vivida, momento a momento. Eis a razão pela qual houve quem distinguisse no plano das ideias e na prática, quatro tipos de liberalismo, a saber:

- 1 — *O aristocrático*, que preconizava reformas profundas, quer do Estado quer da Sociedade, mas sem adoptar os ideais emanados da Revolução Francesa.
- 2 — *O teórico ou dogmático*, veiculado pela maçonaria internacional e por franjas da nobreza, que hesitava entre revolução ou evolução rápida.
- 3 — *O institucionalizador*, que era doutrinário, mas não filosofista.
- 4 — *O prático ou realizado*, aponágio do baixo clero e da baixa nobreza, bem como da burguesia, que tomou as rédeas do movimento em marcha e se foi adaptando às condições de tempo e lugar.

Em razão destas diferenças, não raro encontraremos liberais contra liberais e alguns ajudando até causas de sinal contrário. É importante salientar aqui que a mentalidade liberal, se assim se pode chamar, se difundiu até ao nível das camadas mais baixas da população, o que terá enormes reflexos na história dos povos. Agora já não são só os aristocratas, os príncipes, as academias, os ricos, a liderarem movimentos de massas. Quase todas as insurreições se justificam daí em diante, em razão da ideia de liberdade, a qual não passava muitas vezes de uma noção vaga.

O liberalismo consiste numa filosofia de vida, que julga dispor de respostas exactas para todas as questões possíveis. No plano político, toda a sociedade bem ordenada terá que respeitar a liberdade individual. Só ela é digna de uma vida capaz. No campo social, todo o liberal é escrupulosamente individualista, personalista. O homem estará sempre à frente da colectividade e das razões aos grupos sociais, sejam de que tipo forem, pois eles podem esmagar o indivíduo. No domínio da história vivida, os liberais acreditam mais na força anímica e determinante dos homens fortes, na colectividade amorfa, sem alma, nem energia internas. Onde, porém, o liberal é mais original é no plano estreitamente intelectual. Ele reage instintivamente contra todo o tipo de autoridade: da Bíblia, dos clássicos, dos filósofos antigos e modernos. Crê que cada um pode e deve ir progredindo por si em ordem à verdade. A razão humana será o tesouro escondido que é preciso ir valorizando. Este racionalismo é optimista, pois acredite que de verificação em verificação, do confronto de opiniões e do julgamento desapassionado acabará por emergir a verdade, aceite comumente. As grandes decisões terão que ser colectivas e, por isso, não espanta a sua simpatia pelo parlamentarismo governativo. Todo o liberal deverá fazer exercícios permanentes de tolerância, para com os seus adversários.

Os adeptos desta ideologia complexa e multifacetada acreditavam que tinham respostas adequadas para todos os grandes problemas contemporâneos. Daí o seu entusiasmo e a militância envicta e empenhada. O estado absoluto era, pois, o primeiro inimigo a abater para se lograr implantar com justiça a viva ordem. Aliás, o verdadeiro liberal tolerará o Estado como um mal menor. O ideal seria que ele pudesse ser suprimido, mas, uma vez que isso era impossível, reduzir-se-ia a sua intromissão



---

ao máximo. É por essa razão que os liberais do século XX bater-se-ão, ainda hoje, tanto contra a tirania totalitária fascista, como contra os regimes totalitários de todo o tipo, mesmo que se trate de impor a ditadura do proletariado.

Uma vez que é impensável suprimir o Estado, a autoridade colectiva, como atenuar os seus malefícios? O liberal responde sem hesitar: fraccionando, dividindo, separando os vários poderes. Havendo um legislador, um executor, um tribunal independente, o indivíduo estará mais garantido contra todos os abusos de poder. Este como que se atenua e vai perdendo vigor à medida que se afasta do centro e confere dignidade aos corpos intermédios. Ao nível económico, apela-se para a livre iniciativa e para a concorrência, as quais tenderão a impor os melhores, os mais capazes. Até dentro da família deverá reinar a liberdade de opção de cada um dos seus membros.

Por querer instaurar a todo o custo este ideário, todo o liberal será visto pelos absolutistas, adeptos da monarquia de direito divino, como um revolucionário perigoso, subversivo. Atrás de si ficaria uma espécie de deserto, já que se rejeitava tudo o que vinha do passado.

Os liberais apareciam, pois, aos olhos de muitos dos seus concidadãos como os desertores dos valores do passado: políticos, religiosos, familiares... Na sua óptica, porém, a vida não mereceria ser vivida sem uma esperança rápida de mudança. «A apagada e vil tristeza» de outrora, como acentuaria o poeta, era preferível a morte com glória no campo de luta. A devoção à causa liberal tornou-se para muitos uma espécie de religião, de fé de substituição laicizada. Não se nega a religião tradicional dos antepassados como mensagem ainda válida, mas juntam-se-lhe os ideais de fraternidade, de filantropia, depurando-a de superstições absurdas.

Sabemos que no plano prático, e uma vez no poder, os liberais serão bem mais moderados e conservadores do que à primeira vista poderia esperar-se. Para eles, a subversão só era tolerável quando dirigida contra a monarquia absoluta. O poder retirado ao rei jamais deveria ser depositado sem reserva nas mãos do povo. A democracia, tal como hoje a entendemos, jamais esteve no seu horizonte político. Quem deve governar, de direito e de facto, será uma elite. A segunda metade do século XIX mostrar-nos-á o choque inevitável entre liberais burgueses e democratas ou socialistas. Razão

teve René Rémond, especialista desta matéria e período que afirmou ser o liberal, uma espécie de paradoxo: revolucionário enquanto na oposição, era conservador quando instalado no poder; luta contra os ultras, os contra-revolucionários, as igrejas, mas não aceita a ascensão de todos aos pontos de decisão. Será, pois, uma doutrina ambígua e apertada entre dois fantasmas: o passado simbolizado na monarquia absoluta e o futuro na democracia e o socialismo. Será por, isso o liberalismo um regime identificável no plano prático ao absolutismo que tão duramente ataca e combate? Não, evidentemente. Ele quebrou inúmeras limitações, rompeu imobilismos sociais, abrindo caminho à cultura, à inteligência, ao talento. Daí em diante será menos o nascimento e o dinheiro, quem garantirá a função social de cada um. A inteligência e a capacidade inventiva serão os motores do desenvolvimento. É, pois, este estranho regime que visto da direita parece revolucionário e olhado da esquerda surge como conservador que D. Pedro e os seus homens tentam impor aqui pela força das baionetas, a partir de Julho de 1832.

Eu quero aproveitar aqui e agora a oportunidade de felicitar a Câmara de Valongo e os responsáveis pelos seus serviços culturais por esta iniciativa. Ela não será perfeita. As falhas de planificação e organização só se detectam com o tempo.

Mas o esforço é digno de registo e de encómios. De facto não basta conhecermos o nosso passado como pátria ou nação: É preciso ir mais longe. A aldeia, o concelho são a nossa pátria pequenina, mais querida, mais nossa. Ora é preciso conhecermo-nos melhor uns aos outros, os do presente e os do passado, pois a unidade resultará da diversidade de caracteres, de vocação, de actividades, de inteligências. «Um povo culto, meus senhores, será um povo adulto, sabendo o que e como o quer. O analfabeto, o ignorante, é sempre alguém à mercê dos outros. Não basta saber ler é preciso poder discernir, criticar, valorizar, poder rejeitar. Cada indivíduo, como cada grupo, vai formando a sua personalidade em função dos seus dados biológicos, da hereditariedade, mas sobretudo ao sabor do ambiente que o rodeia, daquilo que vê, ouve, lê, sente. Pode ir embrutecendo ou aperfeiçoando-se. Não basta ter bens ao dispor. É necessário saber hierarquizar-los, seleccioná-los. Só a cultura vai distinguindo o homem do bruto». Dinheiro investido aí é altamente repro-



duto. Não receie, pois, a Câmara de Valongo o que com estas jornadas dispender. Conhecendo melhor o que foi o seu passado, cada munícipe saberá mais conscientemente escolher o seu futuro. Muitos sacrifícios humanos aqui se fizeram a quando das lutas entre absolutistas e liberais. Que eles não tenham sido vão...

Nos adeptos de D. Miguel e nos de D. Pedro, os irmãos desavindos, talvez esteja espelhado um pouco do nosso passado pessoal, do nosso presente e — que sabe? — se não estará aí um pouco do nosso futuro colectivo? As feridas, então abertas, já terão cicatrizado ou gotejarão ainda o sangue da desavença fraterna? A crise e profunda divisão sociais de outrora, de há 152 anos, já foram superadas?

Voltemos, contudo, ao encontro dos *bravos do Mindelo*, que deixámos na cidade do Porto, apreensivos, inseguros, mas decididos a lutar até à morte, em prol da causa que haviam abraçado. Relembremos as suas vicissitudes essenciais no que diz respeito a Valongo, pois é o que agora importa considerar.

D. Pedro entrara ao meio dia de 9 de Julho, por Cedofeita, e descera até à Praça Nova, onde os soldados enfeitaram os carros das suas espingardas com hortênsias ou hidranjas brancas e azuis, as suas cores, colhidas pelo caminho. A população acorrera e aclamara-os, enquanto os miguelistas, comandados por Santa Marta, se firmavam, em Gaia, donde observavam os seus inimigos e faziam fogo sobre a margem direita do Douro. Pouco a pouco, os miguelistas eram empurrados para sul por um exército que ia engrossando mercê do alistamento, tornado obrigatório pelos liberais, nas zonas que dominavam. Oficiais superiores estrangeiros, sobretudo ingleses, mais experientes e peritos, ditavam a estratégia a seguir, momento a momento. Dias depois já os apassiguados de D. Miguel estavam acantonados em Oliveira de Azeméis.

Sabiam os pedristas que era vital alargarem a sua zona de acção e quebrarem o isolamento a que os seus inimigos os obrigavam. Uma força saída para o Minho para fazer reconhecer a Carta Constitucional foi perseguida e, em 21, teve que regressar apressadamente ao Porto, ficando o inimigo a pouca distância, de vigia (Leça).

Foi então que Santa Marta, comandante operacional desta zona, resolveu apertar a tenaz. Os seus homens recuperariam Gaia e a margem

esquerda do rio, enquanto o brigadeiro Cardoso, passando o Douro, em Carvoeiro, seguiria para Penafiel.

Os liberais sentiam o perigo iminente. Era preciso actuar rapidamente. Na madrugada do dia 18, o coronel Hodges e o ten.-cor. Luís Pinto de Mendonça Arrais (mais tarde visconde de Valongo) marcharam, à frente de consideráveis forças, sobre Penafiel. Os absolutistas esperavam-nos e resistiram, a partir de Baltar e, sobretudo, em Paredes. Aí e mais para nascente a fusilaria liberal levou vantagem. Mas de nada lhes valeu a episódia vitória, uma vez que, tendo tido notícias de que novas forças miguelistas passavam o rio de sul para norte, tiveram que retirar. Rapidamente, passando por Valongo, recolheram ao Porto... Nesta altura, diga-se em abono da verdade, os liberais cometeram brutalidades sobre a população, em geral, e os conventos em particular (St.º António e Bustelo). Voltava-se a população contra eles, o que teriam gravosas consequências.

Entretanto, os absolutistas juntavam as suas forças, a sul, em Souto Redondo, na Vila da Feira, sob o comando de dois generais, Póvoas e Santa Marta. Este último passou o Douro, mais uma vez em Carvoeiro e fortificou-se em Ponte Ferreira. Através de Valongo, foi um esquadrão de cavalaria espiar o inimigo até junto do Porto. Fechava-se o cerco, ou círculo de baionetas aos homens comandados por D. Pedro. Não se podia ficar inactivo, sob pena de suicídio. Valongo seria o lugar para tentar furar a cintura de ferro. Aliás, desde o dia do desembarque que os valonguenses estavam perfeitamente ao corrente dos acontecimentos, porquanto, no próprio dia 8, num domingo, se mandou chamar, a toda a pressa, a música do exército do Porto, que estava aqui a tocar por ocasião da festa de Sto. António. Segundo afirma o Padre Joaquim Reis, o juiz da romaria era Joaquim da Fonseca Dias, constitucional apaixonadíssimo, que terá ficado tão entusiasmado que já nesse dia as senhoras de sua família e outras correligionárias terão adornado os cabelos com fitas azuis e brancas, durante o cortejo do Tombo. Nesse dia já não houve fogo aqui e a festa só seria reatada em 1836.

Os absolutistas acabaram por vir instalar-se em Valongo, destacando vedetas para o alto da serra e para os vales, em direcção ao Porto. D. Pedro enviou contra eles, no dia 22, comandadas por Baltazar Pimentel, futuro conde de Campanhã, as melhores forças que pode reu-



---

nir. Estas encontraram-se, frente a frente, aqui no centro de Valongo. Um major das forças liberais, Joaquim Arrobas, resoluto e corajoso, resolveu atacar em força. Os miguelitas surpreendidos e convencidos de que muitas mais forças liberais vinham na retaguarda do major Arrobas, fugiram. Eles continuam a perseguir os seus inimigos, até que, por alturas da Ponte de Ferreira, onde estavam emboscados os miguelistas, se viram cercados. Lutaram brava e rijamente. Os liberais tiveram que recuar até Valongo e daí para Rio Tinto, morrendo heroicamente Narciso Sá Nogueira, tenente de caçadores, o 1.º oficial liberal a cair em combate, irmão do futuro marquês de Sá da Bandeira.

D. Pedro ficou alarmado com o desaire. Era preciso avançar ou então era o aniquilamento total. Foram mobilizadas todas as forças, subindo o rio Douro barcos para impedirem a passagem de mais absolutistas. Ele próprio decidiu vir, partindo por Rio Tinto. Aí se organizaram três colunas após a junção das forças: uma avançou por S. Cosme, lado centro pela estrada de Valongo e a outra, a da esquerda, pelo caminho da Formiga. Planeava-se envolver o inimigo, entrincheirado à roda da Ponte Ferreira, num total de 10 a 12 000 homens. No dia 23, pelas 11 horas da manhã, iniciou-se o combate violento, indeciso, de arremetidas e recuos nas várias frentes. A meio da tarde sobrevinha o cansaço e o desalento e aproximava-se a noite. Foi então que dois tiros de artilharia, disparados pelo tenente liberal Manuel Tomás Santos, provocaram a debandada dos miguelistas. Estes retiraram para Penafiel sem perseguição. A vitória pendera para D. Pedro, mas este não soube (ou não pode) colher os frutos que lhe eram inerentes. Foram até os miguelistas do general Póvoas que seguiram o regresso ao Porto dos

liberais. O repique dos sinos e as iluminações da cidade do Porto convenceram-no de que o seu colega Sta. Marta, por quem nutria profundos ciúmes, havia sido vencido. Por sorte para os liberais, ele, Póvoas, decidiu retirar-se de novo para Oliveira de Azeméis. A carga da Ponte Ferreira acabara por ajudar o triunfo da causa liberal. Mas as crueldades cometidas, de um e outro lado, foram o prelúdio para o mar de sangue que haveria ainda de jorrar. Uns e outros estavam convencidos da justeza da sua causa. D. Pedro aqui recebeu em pessoa o entusiasmo dos seus correligionários que o aplaudiram até ao delírio e nos anais da história portuguesa este embate é conhecido por Ponte Ferreira por parte dos liberais e Granja, pelo aldo dos miguelistas. D. Pedro regressou ao Porto no dia 24, levando da terra e das suas gentes as mais gratas recordações.

O convento da Mão Poderosa, antecessor do actual Colégio de Ermesinde, próximo do quartel general de D. Miguel, situado em Águas Santas, foi utilizado para hospital militar. A ele foi, depois, D. Pedro buscar o seu adepto e amigo, frade Agostinho descalço, Manuel de Santa Inês, fazendo-o governador das dioceses do Porto e Braga.

Não terminou aqui a luta entre absolutistas e liberais em solo do actual concelho de Valongo. Durante o mês de Agosto a linha que vai de Alfena à Formiga foi retomada e acautelada pelos absolutistas. D. Miguel veio cá encorajar os seus amigos. Esteve aqui em Valongo, em Dezembro, a 16 e a 20, foi à Formiga. Depois..., depois todos conhecemos a sequência dos factos!

Valongo pesou, sem dúvida, durante a indefinição de poderes com as lutas liberais. Sim, porque elas continuaram. Eu é que termino aqui.



---

## As Tradições mais Relevantes no Concelho de Valongo

Manuel Pinto \*

De entre o vasto património espiritual do concelho de Valongo, uma dimensão há que, pela sua incidência na história e na vida quotidiana, das populações, merece ser destacada: refiro-me às tradições festivas.

Relativamente às cinco freguesias que constituem o actual município, há que reconhecer que muito, quase tudo, está por fazer neste campo, em ordem a recuperar a memória colectiva. Daí o profundo significado destas Jornadas, como «pontapé de saída» para iniciativas de maior envergadura, tendo até em vista as celebrações do 150.º aniversário da elevação da Valongo a concelho.

O campo das festas populares constitui um precioso indicador da vida social de uma colectividade. Ao estabelecerem-se como contraponto ou como contestação do quotidiano, ou, antes, como seu «*momento culminante*», as tradições festivas fornecem, na verdade, um manancial inesgotável de informações sobre traços marcantes da vida cultural actual, sobre como viveram, criaram e festejaram os antepassados.

No caso de Valongo, os dados (escassos) de um passado mais distante, bem como a memória de aspectos vividos não há muitas décadas,

ou ainda manifestações que fazem parte da realidade presente, permitem afirmar que o campo das festas populares constitui, também aqui, um «*filão*» que vale a pena explorar e conhecer.

Nesta rápida «viagem» não irei referir aqueles momentos festivos intimamente ligados aos trabalhos agrícolas ou às cerimónias e rituais característicos de ritos de passagem como o baptismo, a comunhão solene, a entrada para o serviço militar, o casamento e a morte. Tocarei apenas aquelas festas religiosas ou/e profanas, que se distinguem pelo seu carácter cíclico e altamente participado.

Das inúmeras festividades que têm por palco o espaço concelhio, não me deterei igualmente em festividades e romarias de grande projecção, ainda nos nossos dias (como são os casos de Santa Justa e S. Mamede, na vila de Valongo; de Santa Rita ou S. Lourenço, em Ermesinde; da Senhora do Amparo, em Alfena; ou da Senhora das Necessidades, em Sobrado), as quais já pouco de original e característico possuem.

\* Licenciado em História, Jornalista do «Jornal de Notícias».



## O teatro do Menino Deus

O Natal, no concelho de Valongo, apresenta formas celebrativas idênticas às que se dão noutras regiões: carácter familiar, gastronomia que inclui as batatas com bacalhau e trochos de couve, bem como sopas-secas, rabanadas, etc.

Durante a noite de 24 para 25, na de passagem de ano e na de Reis, havia como noutras partes, grupos de Boas-festas que cantavam de casa em casa.

Um aspecto importante desta quadra era, porém, a representação de peças de teatro inspiradas em temas bíblicos alusivos, predominantemente, à figura do Menino Jesus, as quais tinham lugar nas freguesias que pertenceram outrora à antiga Terra da Maia, como destaque para Ermesinde.

Diversos dados nos chamam a atenção para uma especial devoção ao Menino Deus, devoção essa que, em certa medida, ainda perdura actualmente e se manifesta, por exemplo, nos presépios domésticos e de igreja e no ritual do beijo do pé do Menino, com os sinos a tocar. A par disto, porém, algumas colectividades sentiram necessidade de evocar, de modo mais aparatoso e original, essa figura mítica de um Deus feito criança<sup>a</sup>.

Assim, ao lado de festas «controladas» pela Igreja (caso de S. Martinho do Campo), tornou-se frequente assinalar a quadra natalícia com a representação de autos evocativos de cenas ligadas à infância de Jesus, representadas por camponeses, em espaços que tinham por cenário o palheiro de uma eira, a barra de um quinteiro de casa de lavrador, o adro, ou, mais próximo de nós, os salões das casas do Povo.

Importante seria, neste contexto, recolher, analisar e publicar os textos dessas peças, algumas sensacionais pela ingenuidade e carácter «naif», bem como testemunhos de participantes nessas tradições, que ainda estejam vivos ou que tenham herdado a memória de ascendentes seus.

## O enterro do João no ciclo carnavalesco

O período carnavalesco regista, ainda hoje, e de novo na vila de Ermesinde, uma manifestação assaz rica e curiosa que dá pelo nome de «Enterro do João», a qual é realizada anualmente em dois locais relativamente distantes da fre-

guesia: uma na Travagem e outra na Palmileira (Monte).

O etnólogo portuense Ernesto Veiga de Oliveira dedicou-lhe um importante estudo na revista «*Douro Litoral*», já lá vão perto de 30 anos e que foi há pouco recolhido e reeditado pelas Publicações D. Quixote, sob o título «*Festividades Cíclicas em Portugal*». Simplesmente, a abordagem desse autor incide sobre uma tradição idêntica que se realiza em alguns lugares das freguesias de Areosa e Rio Tinto, com especial destaque para a do lugar de Carreiros, nesta última freguesia.

Quanto à que se efectua na Gandra (Ermesinde), coube a dois professores do ensino primário, destacados nas actividades de educação de adultos, a recolha desta costumeira, feita em 1983 e que se mantém inédita.

O ritual tem lugar na noite de Carnaval e consiste, resumidamente, num demorado cortejo fúnebre que percorre algumas ruas do lugar; uma paródia de oração fúnebre; a leitura do testamento do defunto; a icineração da urna e do «João» e o lançamento das cinzas ao rio Leça (no caso do ritual feito na Gandra).

João parece ser a representação antropomórfica do Entrudo e, no desenrolar de todos os passos desta estranha liturgia, é perfeitamente notória a intenção de parodiar o sagrado, numa «atmosfera de bebedeira, de folia e de liberdade licenciosa».

Pelas palavras e gestos rituais, a figura do João é controversa e objecto de atributos contraditórios: por um lado, surge como o símbolo do homem errante, de sete ofícios, que acabou por vencer na vida à custa de muito padecer; por outro, e como sublinhou Veiga de Oliveira, corporiza a gula, a fornicção e outras «cargas» de que acabaria por morrer.

Numa tentativa de interpretação, aquele investigador deixa-nos três caminhos a explorar, não necessariamente exclusivos entre si: a criação de um bode expiatório na comunidade; a manifestação do espírito lúcido e do poder imaginativo do homem e corporização do seu sentido parodial; e, finalmente, um rito de passagem que introduz o jejum quaresmel.

O vigor que o Enterro do João, da Gandra, vem ganhando nos últimos cinco anos exige uma atenção dos investigadores que não cabe nos limites desta apresentação.

Relativamente à Quaresma, e contrariamente à ideia dominante de que se trata de um tempo sobremodo austero e recolhido, nos antípodas



do festivo, chamarei a atenção para alguns sinais reveladores de que talvez não tenha sido tanto assim.

#### *A Procissão dos Passos*

##### *— Uma «festa» quaresmal*

No concelho de Valongo, podem ser referidas as tradições da noite antecedente ao Domingo de Ramos, como sejam os roubos rituais, barricagem dos caminhos em pontos altamente simbólicos como cruzamentos, pontes, adro da igreja, etc.; a oferta do ramo às moças solteiras e as «brincadeiras» a essa prática associadas.

Mas era e é na sede concelhia que, desde os princípios do século XVIII, se realiza a festa dos Santos Passos, evocativa da Paixão e Morte de Cristo.

Na sua origem e como pretexto fundador, encontra-se um drama familiar relacionado com uma questão de fidelidade conjugal. Um habitante de Fânzeres (Gondomar), desconfiado do comportamento da mulher, «*trá-la descalça de baixo dos maiores tormentos, por caminhos escabrosos*», até Valongo, onde a encerra na sua quinta do Moinho do Ouro. Vindo mais tarde a reconhecer ter-se enganado, e como forma de explicar a sua crueldade, instituiu, no ano de 1710, a Confraria e Capela dos Santos Passos.

A festividade, que tem lugar normalmente no 3.º domingo da Quaresma, atrai à vila de Valongo um grande número de pessoas de dentro e de fora do concelho, as quais se incorporam ou admiram a procissão e escutam os sermões, com destaque para o do encontro de Cristo, que carrega a cruz, com sua mãe.

Apesar do carácter trágico-emocionante da procissão, o ambiente é, desde há muito de arraial, e já o padre Lopes Reis, na sua monografia «A Villa de Valongo» observava que tal era «*pouco próprio de uma festa de Paixão*».

Para quem se interesse pelo assunto, muito haverá que desbravar nesta tradição valonguense, designadamente quanto ao que nela há de característico de um período histórico bem preciso da teologia e acção pastoral da Igreja Católica.

Aliás, convirá não esquecer que, em tempos idos, a festa dos Passos propriamente dita era apenas o momento culminante de uma grande animação na vila. Reportando-nos novamente ao

livro do padre Lopes Reis, ficamos a saber que, nas duas sextas-feiras que precedem a Festa dos Passos, era tradição os rapazes em idade escolar irem pelas ruas cantando os passos, o que tornava esta quadra «*das mais predilectas da petizada*».

Além disso, havia na segunda sexta-feira da Quaresma, à noite, idêntico costume, mas agora levado a cabo pelo capelão e mesários da Confraria. E haveria que acrescentar ainda a procissão de vésperas. Hoje, perderam-se já, até da memória, estes costumes.

#### *A festa da Bugiada*

Passemos, agora, àquela que é actualmente a grande tradição festiva do concelho, que determinou mesmo a fixação do feriado municipal: a festa da Bugiada, que se realiza todos os anos na freguesia de Santo André de Sobrado, em dia de S. João.

Apesar da sua grandeza, no seu exotismo, da sua densidade e da diversidade de manifestações que encerra, espanta como ela escapou, pelo menos até não há muito tempo, à voracidade dos «caçadores de antiguidades», sobretudo se se tiver em conta que a freguesia não dista mais de 15 quilómetros do segundo maior pólo urbano-industrial do país.

Especialmente para os que a não conhecem, direi sucintamente que ela se compõe de quatro partes distintas, embora algo indistintas no seu acontecer: 1) as cerimónias religiosas em honra de S. João — missa cantada, sermão e procissão; 2) as danças e luta entre bugios (ou cristãos) e mourisqueiros, aqueles, foliões, mascarados, empenachados e muito numerosos, estes organizados, de ar marcial e em número reduzido; 3) os rituais agrícolas que compreendem a «*cobrança dos direitos*», a «*lavra da praça*» e a «*dança do cego*»; 4) e poder-se-ia ainda referir uma parte de crítica social, pouco saliente, mas muito apreciada, especialmente pelos naturais da freguesia.

No que toca à Bugiada propriamente dita, a festa radica e evoca tempos primordiais em que, segundo uma lenda local, por causa da disputa de uma imagem milagrosa de S. João, em poder dos cristãos, estes e os mouriscos travaram batalha, tendo os primeiros saído vencedores.

No seu conjunto, estamos perante uma tradição multifacetada que, de modo mais ou me-



nos explícito, ocupa um lugar fulcral na vida da colectividade e dos seus membros.

A afirmação de uma identidade cultural própria; a simbiose com práticas mágicas que se reportam à subsistência material da colectividade; a função de ritual de iniciação dos jovens mancebos; a crítica e paródia da vida colectiva; o mergulho nos domínios profundos do transe, da folia e da violação dos interditos; a evocação e exorcização dos fantasmas; e a recriação do imaginário individual e comunitário — tudo pode ser encontrado nesta festa sobradense, em maior ou menor grau.

Ao estudioso não pode deixar de interrogar o índice de adesão que ainda hoje, a colectividade local, muito marcada já pela heterogeneidade, denota relativamente à festa; e, ainda a convivência e simbiose entre o religioso e o sagrado; a diluição de fronteiras entre actores e expectadores; a máscara, que é uma chave que abre a porta para uma outra realidade; o recurso e manuseamento dos elementos; as raízes históricas e a evolução das várias componentes desta festa; e, finalmente, as motivações e alcance da projecção que, nas duas últimas décadas, a Bugiada vem conhecendo. É a estas questões que pessoalmente venho tentando encontrar respostas.

#### *A festa de Santo António ou dos Almocreves*

Curiosamente, chegaram até aos nossos dias vestígios de uma outra grande festa concelhia, que era feita em honra de Santo António e que, curiosamente, em mais de um aspecto, apresenta semelhanças com a Bugiada de Sobrado.

Dizem-nos tanto Francisco Ribeiro Seara como Lopes Reis que se tratava da «*festa popular mais importante e mais significativa*» de Valongo, especialmente pelo seu carácter «*es-trambólico e burlesco*».

A avaliar pelos dados disponíveis, terá tido origem num facto que, indirectamente embora, entronca num dos grandes pilares em que se escora a história e progresso da vila: os almo-creves.

Em meados do século XVIII, sobreveio uma terrível epidemia que ameaçava dizimar os animais de carga que tão importantes eram para o sustento de uma das principais actividades dos

valonguenses. Santo António, a quem os negociantes recorreram, dissipou os efeitos da calamidade e, em acção de graças, eles decidiram fazer-lhe anualmente uma festa, festa que criou raízes, a avaliar pelos elementos que nos dá a monografia do padre Lopes Reis, que, entre outros dados, refere o rol dos juizes da festa desde a sua fundação, em 1750, até ao princípio do nosso século, ano que «*A Villa de Valongo*» foi dada à estampa.

De acordo com a descrição que este ilustre valonguense faz, a festa de Santo António ou dos Almocreves, tinha o seu ponto alto no segundo domingo de Julho, mas começava logo na véspera de S. Pedro, isto é, no fim de Junho, ainda em plena folia dos santos populares. Nesse dia 28 de Junho, saía o Bando — um conjunto de homens montados em jericos, precedidos de um pregoeiro que anunciava pelas ruas o programa da festividade.

O tempo forte concentrava-se, porém, no período compreendido entre a quarta-feira antes e a quarta-feira seguinte ao segundo domingo de Julho. Naquele primeiro dia, um burro deambulava pela vila, carregado de archotes que eram distribuídos gratuitamente a quem os queria. Destinavam-se a serem levados na *Cavalhada* da véspera do dia da festa, à noite: um estranho cortejo, com bandas de música à frente, seguidas de montadas com cavaleiros, transportando archotes a arder, no qual se pretendeu ver a primitiva procissão de agradecimento ao santo. Nesse como nos mais dias, o vinho era à discrição.

O domingo da festa animava-se logo ao romper do dia. Em casa do juiz — que era, até ao último dia, o centro das atenções — juntava-se a *Bugiada*, formada pelos indivíduos promotores da iniciativa. O mais velho no ofício nomeava o juiz novo que era procurado onde e como estivesse, e trazido ao local, após o que se servia alto almoço.

Depois da dança dos bugios, organizava-se o *Tambo*, um cortejo em direcção à igreja parochial, onde tinham lugar as cerimónias religiosas. Seguiu-se o jantar, não sem que, antes, a Bugiada voltasse a dançar, em frente do templo. Esta dança, mais do que qualquer outra, era especialmente querida da população, tal como a música que a acompanhava. Havia algumas pessoas — diz-nos Lopes Reis — que não podiam ouvir esta mágica melodia sem que, sem darem por isso, comessem a dançar tam-



bém, ou, esquecidos de tudo, passassem tempo sem conta «*deliciando seus ouvidos com estes inspirados sons*». Nela tomavam parte «*muitas pessoas importantes que parece tinham por honra e glória pertencerem a tal agremiação*». Só nas últimas décadas em que a festa se fez é que bugios eram já quase «*individuos que não tinham que perder nem que ganhar, os quais procuravam daquela maneira passar oito dias de bebedeira e barrigadas*».

Mas a festa não parava aí. Na segunda-feira seguinte, realizava-se o jantar dos cozinheiros, que congregava todos os que, de alguma forma, contribuía com serviços para a tradição. Eram esses que, findo o repasto, saíam pelas ruas da vila com vestidos meios turcos e aspectos exótico: era a *Dança dos Odres*.

Finalmente, na quarta-feira, voltava a haver festa rija: primeiro na igreja, depois mais um jantar, pago desta feita já pelo juiz novo; à porta de quem a Bugiada voltava a dançar pela terceira e última vez.

Na tarde desse dia, desenrolava-se aquela que era a parte mais popular da festa, com gente de fora e da terra que se juntava para ver um grande número de entremeses e danças. Destas últimas, Lopes Reis fornece-nos uma indicação e sumária descrição de nada menos de uma dúzia, cujas designações e temáticas nos fazem

pensar nas antigas procissões de Corpus Christi.

Em jeito de remate festivo, ainda nessa quarta-feira à noite, findas todas as danças, tinha lugar a cerimónia da *Entrega do Santo*. A mulher do juiz velho (a juíza velha), acompanhada de raparigas novas, todas empunhando velas acesas e acompanhadas de vários elementos das cavalhadas, desta feita a pé, levavam o santo em triunfo, não indicando o autor de «*A villa de Valongo*» a quem o entregavam, se à juíza ou juiz novos, se na igreja.

Lopes Reis elucida-nos, porém que, quando em 1880 se deixou de fazer a Festa de Santo António, as danças atrás referidas começaram a ser apresentadas no dia da festa de S. Mamede, situação que se manteve por muitos anos. Com efeito, ainda em 1952, o primeiro número do «*Correio do Douro*», escrevendo sobre a necessidade de alterar o dia do feriado municipal, que sempre fora a 24 de Junho, para a festa do padroeiro da vila sublinhava: «*A festa de S. Mamede, com todos os seus típicos e tradicionais atractivos — essas garridas e curiosas danças dos mineiros, do regadinho, das fitas, das floreiras, dos alfaiates, etc.; essas saborosas e inofensivas comédias ambulantes — as «papeladas» — que tanta gente chamam a esta vila, merece tornar-se a Festa de Valongo*».



---

## O Desenvolvimento Urbanístico das Areas Metropolitanas — o caso de Valongo

José Gomes Fernandes \*

O problema das áreas metropolitanas e dos seus modelos de gestão, começou a colocar-se, na Europa, com grande força a partir da década de 60. Sobretudo, embora a *planificação territorial integrada* se viesse afirmando já desde o final da última guerra, nos países mais atingidos por esta e ainda naquelas que tinham uma tradição mais forte, nos domínios do planeamento e do controle e uso do solo. É o caso da Suécia, da Alemanha, da França e sobretudo da Inglaterra, para nos referirmos somente aos países ocidentais uma vez, que o modelo de planificação e de abordagem destes problemas nos países do bloco de Leste é bastante diferente; nos métodos, percursos e resultados; pela concepção política de planificação económica e social centralizada e dirigida.

Os exemplos do *Plano da Grande Londres de 1945* e da *política de desenvolvimento regional da França a partir de 1950*, são os mais significativos e os de maior impacto técnico e político para a fundamentação das diversas filosofias de *planificação integrada* e de *regionalização do território*, que outros países posteriormente ensaiaram.

No caso particular e exemplar também, dos ingleses, esta disciplina de planeamento democrático visou, desde princípio:

- articular a distribuição dos recursos com o ordenamento da população;
- dirigir a localização das implantações industriais, sabendo como é importante o *emprego*, como motor do desenvolvimento e da fixação das populações;
- desenvolver o crescimento urbano;
- condenar as infra-estruturas e racionalizar os diferentes sistemas de vida;
- proteger a paisagem e garantir o equilíbrio ambiental.

Esta escola de urbanismo e de planeamento territorial, marcou gerações de urbanistas e arquitectos; produziu novas cidades e expansões urbanas de bom equilíbrio; e estruturou-se com êxito nos planos político-administrativo e técnico, na Grande Londres (great London Council), onde se pode dizer que a filosofia das áreas metropolitanas conheceu o seu apogeu e, curiosamente também, acusou as suas vulnerabilidades.

Destas duas concepções de planeamento urbano — a francesa e a inglesa — sofreu o

\* Arquitecto.



grande Porto influência, com as experiências do Plano Directivo do Porto, nos anos 60 — R. Auzelle, urbanista francês — e do Plano da Região do Porto, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei 124/73 — Jhonson Marshall, urbanista escocês —, experiências diferentes no tempo, nos objectivos e nos métodos, mas que deixaram marcas e fizeram escola e se podem considerar contribuições fundamentais para a nossa prática urbanística.

A ideia do Porto como Região metropolitana, só adquiriu dimensão institucional na década de 70, o que junto com o facto de o processo de planeamento nele desencadeado com o P.R.P. não ter tido continuidade institucional, levou a que a dinâmica de *planeamento integrado*, que o P.R.P. poderia (e deveria) repercutir não tivesse o êxito previsto. O P.R.P. não foi, na prática, muito além de um *Plano de Ordenamento Territorial e na estratégia* não chegou a adoptar as *medidas de política*, que seriam necessárias para servir de suporte a um modelo integrado de reestruturação e desenvolvimento da Área Metropolitana.

É evidente que para estes resultados contribuiu, à partida, as razões políticas limitativas do planeamento económico-social-democrático, existentes no anterior regime e mais tarde, já depois de Abril de 74, dificuldades difrentes, de reorganização conceptual e operacional do aparelho de Administração Pública.

Serve isto para concluir:

- que a situação nas nossas áreas metropolitanas é bastante mais grave que há 10 anos atrás — não só no grande Porto mas também e sobretudo na grande Lisboa;
- a evolução das experiências das áreas metropolitanas lá fora — como Londres, Paris ou Madrid — coloca hoje alguns problemas graves de gestão e de gigantismo administrativo, que estão já a merecer uma reflexão nos conceitos, quer técnica quer politicamente;
- que esta reflexão recessiva vinda de fora, não deve constituir elemento bloqueador da procura de soluções para o caso português e particularmente do grande Porto;
- e finalmente, que qualquer *processo de planeamento democrático*, nesta área me-

tropolitana terá de ser indutor da criação da Região Administrativa e terá, para isso, de procurar o suporte, a legitimidade e a força política na conservação das diferentes componentes do Poder local.

O que quer dizer que, mais importante que uma autarquia metropolitana e supra-municipal para o Grande Porto, é o *entendimento progressivo das Autarquias Locais* à volta de *projectos concretos*, de interesse comum, desde que subordinados a uma concepção de desenvolvimento e de ordenamento do território integrados e obtidos na base de uma clara democraticidade.

Não se põe em dúvida assim, antes se aconselha, a necessidade de as autarquias do grande Porto se entenderem num *processo comum de planeamento*, balizado pelos princípios seguintes:

- Reforço da vocação de *capital regional* da cidade do Porto, historicamente fundamentada nos seus vectores político, cultural e económico, que creio não oferece dúvidas a ninguém;
- Reconhecimento, por parte do Porto, de que esta vocação não lhe confere direitos de *liderar*, sem regras ou de subalternizar os municípios vizinhos;
- Criação de mecanismos ad-hoc de coordenação política e técnica, para avaliação dos grandes projectos regionais e locais com incidência inter-municipal e adopção do *princípio da Notatividade* no seu funcionamento, para acentuar o vector de rigorosa equivalência democrática inter-municípios;
- Articulação destes projectos com os planos de acção municipais e a sua integração e desenvolvimento com PDMs para cada município, entendidos estes como *documentos de estratégia* para o desenvolvimento municipal, com progressivas ramificações no ordenamento do território e no planeamento urbano;
- Selecção e calendarização de *projectos comuns* e seu aprofundamento e execução através da criação de estruturas empresariais inter-municipais ou de acordos entre serviços técnicos de obras,



(ex.: Lipor e o seu alargamento, Plano Ordenamento Território, Território da Barragem Crestuma/Lever, arranjo da zona de praias Matosinhos/Porto, etc.);

- Entendimento e solidariedade democráticas na discussão, de projectos e financiamentos com o Poder Central e através dele, com Entidades Financeiras exteriores (ex.: fundos «FEDER», electricidade, empréstimos captação de água, etc.);

Esta estratégia de reforço do poder político na Área Metropolitana e de melhoria de funcionamento técnico-administrativo de serviços, ainda não foi convenientemente utilizada, tendo aqui as maiores responsabilidades do Porto que deveria, pelas razões que atrás referi e outras de conjuntura política, assumir a iniciativa e dar um sinal de interesse e capacidade aglutinadora sem sobranceria.

É uma estratégia da base para o topo, de grande pragmatismo e que em nada inviabiliza a possibilidade de institucionalização da autarquia metropolitana e só favorece os caminhos concretos para a regionalização:

Permitia a preparação de *protocolos* conjuntos das autarquias com o governo; representava um *gesto de empenhamento*, na procura de consensos; correspondia à criação de um *espírito de solidariedade* das populações da área metropolitana; representava um *sinal de maturidade* e de força política no diálogo democrático com o Poder Central.

É este, de facto, o grande desafio político, que se coloca aos autarcas do Grande Porto, Valongo incluído, como é óbvio.

Através desta *Radiografia Sumária* do concelho de Valongo temos que:

- *Concelho periférico* da área metropolitana e fraco indutor de dinâmica no conjunto desta;
- *Grande dependência do Centro* da área metropolitana (Porto): cresceu, em função dele e possui um fraco poder de reconquista das perdas que este vai tendo.

O Porto de 71 a 80 acusou perdas em praticamente todos os principais indicadores e Valongo foi o concelho que menos beneficiou com essas deslocações de centro para a periferia:

#### Produção (Contribuição Industrial)

- *Porto desce* de 62,3 % para 57,7 %
- *Gaia sobe* de 13,9 % para 19,6 % e juntamente com Maia absorvem a perda do Porto
- *Valongo sobe* de 1,0 % para 1,7 %.

#### Locação (Contribuição Predial)

- *Porto desce* de 59,6 % para 44,9 %
- *Gaia sobe* de 12,5 % para 16,5 %
- *Matosinhos sobe* de 10,8 % para 13 %
- *Valongo sobe* de 1,7 % para 3,3 %.

#### Emprego (Imposto Profissional)

- *Porto desce* de 70 % para 60 %
- *Gaia sobe* de 8,8 % para 11,6 %
- *Gondomar sobe* de 1,7 % para 2,4 %
- *Maia sobe* de 2,3 % para 4,8 %
- *Valongo sobe* de 0,5 % para 1,1 %.

#### Rendimento (Imposto Complementar)

- *Porto desce* de 73,4 % para 57,3 %
- *Gaia sobe* de 7,6 % para 19,1 %
- *Maia sobe* de 2,1 % para 5,6 %
- *Valongo sobe* de 0,4 % para 1,8 %.

#### Comércio (Imposto de Transacções)

- *Porto desce* de 58,2 % para 47,7 %
- *Matosinhos sobe* de 12,4 % para 16,4 %
- *Gaia sobe* de 9,8 % para 12,2 %
- *Valongo sobe* de 0,3 % para 1,0 %.

A comparação destes dados permite concluir que Valongo, embora tendo acusado subidas significativas em todos os indicadores, foi o concelho que menos absorveu estas perdas do centro por grande debilidade estrutural à partida.



### Concelho dormitório:

- da população activa de Valongo cerca de 50 % trabalha fora do concelho, isto é 32 % no Porto e 7 % na Maia,
- 51 % da população activa do sector terciário, trabalha no Porto,
- o concelho teve no entanto um aumento da população activa, de 70 a 81, superior a 50 % isto é, de 14 250 para 26 353, e este aumento verificou-se, em termos de percentagem, no sector terciário de 32 % para 40 %, com redução no sector secundário de 63 % para 57,5 % e no sector primário de 5 % para 2,6 %,
- há aqui um fenómeno de crescimento urbano; de melhoria de alguns «serviços» e de reduções das actividades agrícolas.

*Concelho com bolsas rurais em forte mutação e de crescimento urbano não predominantemente gerador da vida própria, portanto características de dormitório.*

### Crescimento desordenado e desequilibrado:

- *Ermesinde*: grande dormitório e com forte bloqueamento urbano e estrutural;
- *Valongo/sede*: dormitório controlado, possível de ordenamento e à procura de reequilíbrio urbano;
- *Zona Rural*: Campo e Sobrado;
- *Administração urbanística frágil*: as estruturas técnico-administrativas municipais são manifestamente débeis, face à dimensão e tipo de problemas que coloca o crescimento urbano da vila.
- *Grande debilidade estrutural*: deficiências das redes de estruturas (sistema viário, por exemplo) e de infra-estruturas que constituem factores de bloqueamento ao desenvolvimento e que dificultam tarefas de reequilíbrio urbano.

Face a esta «radiografia» pode perguntar-se:

- Estará Valongo condenado a ser «dormitório» do Porto e da Maia?
- Não terá possibilidades de dominar a «confusão urbana» que marca o seu processo de desenvolvimento?

- Que papel poderá ter dentro da área metropolitana e nas suas relações com a periferia externa?

É evidente que o concelho de Valongo tem de deixar de ser, exclusivamente, um dormitório do Porto.

Para isso, tem de melhorar a capacidade de *oferta de emprego*, quer desenvolvendo as zonas Industriais para as quais dispõe de planos de promenor, e para isso tem de articular uma *estratégia técnico-administrativa* que confira à Câmara o papel de dinamizador e coordenador das acções (associações mistas da Câmara com associações particulares), de qualquer maneira a Câmara deve assumir aqui o papel de «urbanizadora»; quer investindo — financeiramente, mas sobretudo politicamente — na rede viária inter-concelhia, sobretudo nas ligações do interior, via Valongo, ao Porto e a Leixões.

Valongo pode vir a desempenhar um papel importante, na articulação da área metropolitana do Porto, com a periferia interior (Paços de Ferreira/Felgueiras; Paredes/Penafiel).

Terá também de apoiar indústrias existentes e tradicionais que podem ter viabilidade assegurada em termos de exportação se houver investimentos, na *melhoria da qualidade* (madeiras, lousas e mobiliário). Daqui a importância, de a Câmara desenvolver esforços para criar no exterior a *imagem de marca* de determinadas actividades industriais do concelho (feiras, exposições, etc.).

Tem de reforçar a oferta própria de serviços e particularmente os vocacionados para um turismo de características próprias:

- Transformação da rede viária
- Instalações e equipamentos
- Aproveitamento do artesanato e riquezas naturais (Sta. Justa, Pias e a aldeia de Couce).

Tem de investir em planeamento urbano, sobretudo tendo em vista coordenar acções nos seguintes domínios:

- *Abastecimento de água*: É um problema do grande Porto e como tal deve ser encarado, cabendo a Valongo articular uma estratégia conjunta com Gondomar;



- 
- *Saneamento básico*: Sobretudo na zona da vila de Ermesinde, onde já dispõe de projectos;
  - *Tratamento de Lixos*: Aceleração da 2.<sup>a</sup> linha da Lipor, que se repercutará numa melhoria das actuais condições ambientais de parte do concelho;
  - *Transportes urbanos*: Articular e rendibilizar os recursos existentes e melhorar a prestação de serviços;
  - *Transportes de mercadorias*: Necessário um plano integrado em articulação com os municípios do interland (Paredes, Paços de Ferreira, etc.);
  - *Habitação e equipamentos*: Ordenando a confusão urbana, existente e melhorando a qualidade de vida dalgumas zonas onde o processo desordenado de crescimento originou situações de verdadeira ruptura (sede do concelho e Ermesinde).

Tem de continuar o esforço, recente de melhoria do aparelho municipal de *Administração Urbanística*.

A *fragilidade técnica* da Câmara para controlar o crescimento municipal é um dos pontos mais vulneráveis da sua administração urbanística e tal situação precisa de ser rapidamente alterada.

Já há sinais disso e hoje a capacidade da Câmara é superior há de alguns anos atrás, mas o esforço terá de ser continuado e sobretudo deverá orientar-se para dotar o Município de um instrumento de Planeamento e Gestão imprescindível: o PDM, que deverá ser a base do contrato de gestão entre os autarcas e a população.

Estas considerações sobre o Planeamento Urbano de Valongo como parte da área metropolitana do Porto, são produzidas no âmbito das *1.<sup>as</sup> Jornadas Culturais de Valongo*.

É uma ligação importante esta, entre o planeamento e desenvolvimento municipal e a vertente cultural que confere estrutura ao mesmo.

Não há planeamento neutro nem muito menos sem um suporte cultural, nas raízes históricas, sociais e sociológicas do município.

Despertar as populações para a participação activa na vida urbana é uma tarefa eminentemente cultural, que implica vontade política dos eleitos mas que dá resultados, sem dúvida, a prazo. O desenvolvimento e o futuro de um município implicam que a população se identifique com ele, o sinta e contribua para a sua concretização: em síntese, que tenha uma participação cultural.

Vila domitório, Valongo encontrará no reforço dos laços de cultura e solidariedade dos seus habitantes, os *instrumentos* mais fortes para conseguir ter *vida própria*.



---

## Contributo do Município no Desenvolvimento Cultural da Comunidade

*Francisco Barbosa da Costa \**

### *Introdução*

Vim aqui muito simplesmente apresentar o testemunho da actividade desenvolvida no campo cultural no Município de Vila Nova de Gaia, actividade essa que é o reflexo dum conjunto de ideias, planos e realizações que têm a participação de inúmeras pessoas e instituições.

Vila Nova de Gaia, sendo um Município com uma enorme riqueza comunitária, não pode alhear-se dessa realidade antes devendo congregar todos os esforços no sentido de que cada instituição ou pessoa possa contribuir para a concretização do projecto comum.

E porquê trazer, aqui e agora, a experiência vivida em Vila Nova de Gaia, numas jornadas culturais de Valongo? Simplesmente porque entendendo haver muito de comum entre ambos os concelhos. Razões sociológicas o apontam. Condições económicas o confirmam.

Feita esta prévia explicação procurarei indicar os vectores essenciais que têm pautado a acção cultural em Vila Nova de Gaia.

Antes de mais convém esclarecer que não tentamos impor qualquer modelo ou protótipo cultural.

Entendemos que se devem respeitar as diversas formas de pensar e estar na sociedade que decorrem das diversificações sociais e políticas.

Não se pretende cercar a liberdade de pensamento individual impondo qualquer tipo de cultura de poder.

Por isso não se programam iniciativas feitas à imagem e semelhança do poder político. Procuram-se lançar pistas, sugerir actividades, acompanhar iniciativas que são propostas, conceder apoios financeiros, técnicos e logísticos a acções concretas perfeitamente quantificadas e qualificadas evitando também o conceder apoios a devaneios e sonhos irrealizáveis.

### *Tentativa de caracterização sociológica de V. N. de Gaia*

Vila Nova de Gaia é uma comunidade com séculos de existência.

Civilizações e culturas várias nela se foram desenvolvendo ao longo dos tempos. Daí a diversidade desta terra velha e relha onde existem

\* Licenciado em História, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.



ainda várias bolsas de povoados medievais, a par de vestígios arqueológicos mais remotos e onde se torna difícil o diálogo correcto e harmonioso com as edificações modernas.

Uma periferia suburbana sobre a qual vai avançando a cidade com muito do mal que esta lhe transmite e algo de bem, em termos de bens de equipamento que lhe coloca, vão desfigurando uma vasta zona rural que pretendemos ver mantida com as suas características autóctones.

Se já é difícil a coordenação face aos vectores apontados mais complexo se torna criar um espírito de comunidade dialogante e empenhada com a avalanche descontrolada de muita gente que lá fixa residência por razões meramente ocasionais.

Dai a transformação de urbes como Gaia e Valongo em autênticas zonas dormitório, totalmente descaracterizadas.

Esta circunstância anómala e desumanizante implica a criação de uma espécie de cimento aglutinador.

É preciso criar condições que levem as pessoas nestas circunstâncias a sentirem-se como se na própria terra vivessem, designadamente através da implantação de centros de interesse à volta de um projecto comum.

Numa recusa assumida de teses mais ou menos chauvinistas e inconsequentes de isolamento cultural face às zonas adjacentes, mas também numa firme atitude de manutenção de uma identidade cultural própria pretendemos defender a comunidade da avalanche negativa da «Cidade» que liquida e submerge o que possa haver de característico e autónomo.

### *Objectivos a atingir*

Uma acção cultural consequente deve ter em conta pressupostos importantes subjacentes à sua concretização.

- a) Democratização das instituições culturais
- b) Descentralização das actividades

As instituições de cultura não devem ser, um cenáculo, onde entram os notáveis, um lugar onde de facto só as pessoas, só os iluminados, possam actuar.

Entendemos que é necessário democratizar a cultura e as instituições Municipais com vocação cultural, não no sentido político que a palavra pode ter ou no mau sentido político, mas, mostrá-las às populações, pelos meios julgados

mais apetentes e para que as populações as sintam como suas.

É necessário também desconcentrar e descentralizar as actividades. Procuramos realizar um conjunto de actividades diversificadas por vários pontos do concelho. Um reduzido número de acções têm sido feitas exactamente no centro da actual Cidade.

Procura-se desenvolver actividades em pólos diversos do Município, para que as pessoas possam ter um melhor acesso a elas.

Por outro lado, importa também, que a acção cultural não seja restrita aos estudantes, porque a elas são obrigados e aos jovens com mais idade, que já que não tendo outras virtualidades, se agarram aos alfarrábios e vão frequentar os Museus.

Entendemos que deverá haver uma progressiva universalidade, das instituições culturais. É necessário criar nessas mesmas instituições, tipos de actividades, tipos de motivações que levem as pessoas a aproximar-se delas.

Por outro lado é também necessário conhecer o património cultural existente. Podem crer que é rico, em V. N. de Gaia, em Valongo, em qualquer parte do País em qualquer parte do Mundo. As pessoas estão muito agarradas à ideia de que só os grandes monumentos, só as grandes figuras, só os grandes acontecimentos têm relevância. De facto há uma variedade de aspectos culturais que não podem ser esquecidos. Falo dos cantares, do artesanato, falo dos Templos, das Alminhas, tantas coisas que existem em todas as terras do País, que importa valorizar. Se as pessoas as conhecerem serão capazes de as defender convenientemente.

Por outro lado tudo isto tem a ver com um processo de criação de uma política onde haja uma dinamização dos valores culturais e dos valores patrimoniais. Isso importa para se criar um outro tipo de inter-relação entre os indivíduos que vivem no município.

É necessário que através de todos os meios se defenda e promova a qualidade de vida das pessoas e a defesa da qualidade de vida das pessoas não passa exclusivamente por dar uma melhor alimentação e possibilitar um vestuário, de melhores vias de comunicação e de uma habitação mais adequada às suas necessidades. Urge criar nas pessoas um espírito selectivo em que estas sejam capazes de escolher aquilo que lhes serve para distinguir daquilo que não lhes serve.

Um povo informado e culto é capaz de dis-



tinguir muito melhor aquilo que é bom daquilo que é mau. Não é por acaso que em regimes totalitários as pessoas são fechadas.

Portanto se não se lhe abre a perspectiva de conhecer e de tentar arranjar meios para se defender de outro tipo de questões que possam ser alheias ou mesmo perniciosas aos interesses. Por outro lado importa também, neste domínio, criar meios de aproximação das pessoas.

#### *Acções desenvolvidas*

Referirei um conjunto de iniciativas que se têm vindo a desenvolver ao longo dos tempos. A perspectiva que nós temos em termos de dinamização cultural é simples: Procuramos ir de encontro aquilo que já existe. É tarefa prioritária nas zonas que nós chamamos desertificadas, onde não há nada ou por qualquer razão as pessoas não se encontram. Tentamos reunir algumas pessoas de que resulta surgir uma enorme vitalidade.

Estou a lembrar-me do encontro dos Artistas de Gaia. V. N. de Gaia estava adormecida à sombra dos louros de Soares dos Reis, de Teixeira Lopes, de Diogo de Macedo. Parecia que mais nada tinha acontecido depois da morte destes vultos das artes plásticas.

Por isso tentamos juntar as pessoas para trocar impressões e pusemo-las a conversar entre si. A partir daí surgiu uma exposição com mais de uma centena de trabalhos, com cerca de 70 expositores que se juntaram num projecto comum. Feita a experiência a Câmara retirou-se porque entende que não devia dizer aos artistas se devem pôr o quadro A ou o quadro B, se devem colocar mais obras de escultura, de pintura ou de cerâmica, se haverá mais trabalhos de maior ou menor dimensão. Importa possibilitar às pessoas que avancem, dando-lhes os apoios técnicos, logísticos e apoios financeiros e pôr ao seu dispor os meios indispensáveis à prossecução dos seus objectivos.

Por outro lado o Museu está aberto para que os artistas que não têm atelier, nele possam recomeçar a fazer escultura, coisa que não acontecia há uns tempos porque muitos dos escultores estavam voltados para a pintura por carência de espaço.

É possível ainda nos jardins da Casa Museu Teixeira Lopes, com material oferecido de várias origens, que as pessoas façam escultura na pedra ou na mármore.

É fundamental para prosseguir nesta acção de desconcentração procurar ligar o artista à sua origem. A Câmara possibilita a forma de realizar esse objectivo através de apoios adequados.

Boa parte dos artistas plásticos de Gaia são professores. Porque não fazer uma exposição na sua escola! Aconteceram já duas ou três exposições para ligar o artista que esporadicamente é professor para que os alunos sejam capazes de ver que o seu professor realiza obras belas e é capaz de em circunstâncias diversas realizar aquilo que eles nunca pensariam que seria possível.

Tudo se fará para a ligação do artista ao seu meio, a ligação do artista ao seu local de trabalho.

Temos uma outra experiência que é riquíssima, que é a do Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia que é das instituições mais notáveis que há no País no seu campo. Porque realiza obra que de facto se vai projectar no futuro criando estruturas firmes. As Jornadas de História Regional e Local trouxeram ao local onde se realizaram um conjunto determinado de pessoas. Mas havia uma regra de ouro. Cada palestrante, cada apresentador dum comunicação deveria repeti-la, sobretudo aquelas que tinham um carácter local, na terra a que dizia respeito. Já não são só os notáveis aqueles que gostam destas coisas mas os naturais vão procurar conhecer alguma coisa da sua terra. É o mestre, o erudito que pode ser tentado a julgar que sabe tudo que recebe revelações espantosas nessa comunicação.

As pessoas suscitam o diálogo vão tomando nota, criando-se aos poucos uma dinâmica de defesa do património cultural, uma dinâmica de ligação entre o palestrante e o público. No fundo todos vão para aprender e estas manifestações juntam largas dezenas de pessoas porque são capazes e porque o assunto lhes diz directamente respeito.

Era necessário juntar também pessoas ligadas às Letras. Fez-se assim o 1.º Encontro de Escritores de Gaia que juntou cerca de 70 pessoas. Nem todos são Camilo Castelo Branco, nem Miguel Torga ou Aquilino Ribeiro ou Eugénio de Andrade são pessoas que escrevem que têm a sua capacidade própria e nós não vamos atrás de grandes génios de grandes figuras porque senão for a ajuda de alguém ou a ajuda de muitos, muitas das grandes figuras certamente que permaneceriam no anonimato ou apareceriam mais tarde pela mão de um Joa-



quim de Magalhães, como um António Aleixo, no Algarve, mas depois de morto.

Por outro lado há um outro espaço que nós entendemos que está desertificado em termos organizativos, que é a parte musical. Começamos a ver que a maior parte dos Regentes das orquestras sinfónicas, os professores do Conservatório são de Gaia. Modéstia à parte, temos muita gente nesta área a morar em Gaia, e temos bandas que funcionam, tocatas, uma série de grupos.

As pessoas não se conhecem, porque uns têm medo dos outros, pois o professor do Conservatório é capaz de achar mal sentar-se ao lado do regente da banda ou do grupo coral.

É necessário juntar as pessoas, pô-las a conversar umas com as outras e elas próprias, concerteza irão, como outros grupos designadamente os Escritores, os Arqueólogos, os Historiadores, os Artistas escolher o modelo que irão desenvolver na dinâmica do desenvolvimento cultural da comunidade.

Isto valerá também para os cultores de Ciências exactas. Porque é que as pessoas que se dedicam à Biologia, à Matemática, à Geologia, não se hão-de juntar e criar também o tal cimento de forma a que não tenham de se sentar em casa todos os dias e ano após ano voltados para a televisão, ou agarrados só às suas próprias coisas?

Esta é a acção que o Município vai desenvolvendo na tentativa de cobrir espaços desertificados.

Mas há outro universo que esse para mim considero mais importante. É a grande riqueza cultural que tem V. N. de Gaia, são as cerca de 300 Colectividades espalhadas por todo o Município que se dedicam ao teatro, à música, à música coral, à música instrumental, ao recreio, que se dedicam ao ensino da mais variada índole. Essas coletividades que apoio poderam receber duma Autarquia empenhada no desenvolvimento cultural. Nós não lhes vamos dizer que irão receber um subsídio se fizerem esta peça que é de um autor nosso amigo, ou que é um autor que está em posição política semelhante à nossa. Em vez de se dar um subsídio para aquilo que custa fazer uma peça, tendo a peça pronta o Município compra dez ou quinze espectáculos a uma determinada quantia cada um e esses espectáculos vão ser levados a outras colectividades. Coloca-se a propaganda ao seu dispor, os carros para levar os artistas, para levar os adereços, porque é necessário

que as outras pessoas vejam que é possível fazer teatro.

Assim as pessoas afastar-se-ão cada vez mais da televisão e da ociosidade.

Por outro lado tem também a vantagem de colocar e desenvolver esta actividade por todo o concelho onde cerca de 15 grupos fazem permanentemente Teatro.

Decorreram no Município 3 Encontros de Teatro, em que participaram grupos de várias origens. Nestes grupos há uma vitalidade a que a Câmara Municipal é perfeitamente alheia, as instituições organizam-se, avançam, pedem apoio e a Câmara como lhe compete vai exactamente dando apoios vários. Por outro lado importa criar um intercâmbio entre os diferentes grupos com peças montadas.

Para além destas iniciativas realizam-se as Comemorações dos 150 anos da Restauração do Município e a sua elevação a Cidade. Não foi a efeméride em si que levou à acção, não foi o facto que nem é tão transcendente como pode parecer mas foi o motivo para juntar as pessoas.

Foi possível fazer nessa altura o curso de teatro, juntar todos os grupos folclóricos, juntar todos os grupos corais, todas as bandas de música, todos os grupos vocais e disseminá-los por todo o concelho.

Como não foi só Vila Nova de Gaia que teve a sua Restauração Municipal há 150 anos, mas também os Municípios que foram criados na mesma altura e que tiveram portanto uma presença e uma duração efémera como o caso de Sandim, Avintes, Grijó e Crestuma. Isso foi exactamente o motivo que encontramos para dinamizar as pessoas e as instituições, sobretudo para fazer mostrar a quem vem parar aquela terra por acaso que Vila Nova de Gaia é uma terra com vida cultural.

As pessoas se começarem a ver desfilar pelas ruas este tipo de actividades, procuram ir de encontro e umas atrás das outras acabam por se inserir na comunidade.

Convém não perder de vista o objectivo principal de todas estas iniciativas que têm a ver com a criação de uma identidade cultural das pessoas que moram em Vila Nova de Gaia. Às vezes é preciso fazer barulho e dizer às pessoas que na terra onde vieram parar há realmente manifestações culturais com interesse.

Por outro lado há um outro aspecto que é importantíssimo que tem a ver com a escola, Vila Nova de Gaia tem cerca de 15 estabeleci-



mentos do ensino preparatório e secundário, estão implicados na escola 1/5 dos seus habitantes. 50 000 Gaienses andam na escola do pré-primário ao secundário. É necessário criar uma ligação entre a cultura e a escola.

Como é possível realizar esse trabalho?

Há manifestações de carácter cultural que podem ser levadas à escola e as escolas primárias vieram já à Biblioteca e ao Museu. Durante um ano um autocarro trouxe todos os alunos das escolas primárias a estas instituições para as conhecerem, para proveito dos próprios e também para que estes entusiasmassem os pais a segui-los. Multiplicou-se assim a assiduidade ao Museu. A partir desta iniciativa as pessoas acabaram por aparecer e acabaram por querer ver aquilo de que o seu filho falava com entusiasmo.

Procurámos ligar também à escola as comemorações dos 150 anos do Município. Houve manifestações culturais nas escolas. Fizeram-se monografias das terras. A escola de Olival realizou uma acção admirável. Como sabem na zona de Olival situam-se duas freguesias que os meios de comunicação social atiraram para a ribalta, Crestuma e Lever. E foi possível através da cultura que essas duas freguesias em conflito aberto fizessem um projecto comum: uma monografia do mesmo tipo e foram capazes de, lado a lado, cada uma fazer uma exposição das coisas da sua terra.

Através da cultura, através da escola foi possível se não juntar mas pelo menos promover uma forma de concórdia entre essas duas populações.

Foi promovida também uma marcha por entre as montanhas que envolveu cerca de 2 000 alunos exactamente junto ao rio, ligar também as pessoas ao património natural. Não só o património construído, o património humanizado, mas também um património natural e levar as crianças a senti-lo. A escola apresentou um projecto avançou e foi possível realizar algo que ficou na memória dessas crianças e deu também uma certa forma de abertura às pessoas que puderam nele colaborar.

Para além destes aspectos a Câmara tem procurado promover uma política de publicações. Havia um sistema de publicações municipais, fazia-se um livro, ia lá para o sótão da Câmara, era oferecido às pessoas importantes. Criou-se um serviço de Publicações Municipais que vai levar os livros às livrarias, às juntas de freguesia e oferecem-se em todas as colec-

tividades que têm bibliotecas. Os livros começam a aparecer na mão das pessoas.

Começaram a aparecer ainda no Gabinete de História e Arqueologia pessoas a perguntarem como é que podiam fazer algo semelhante ao que tinham lido. Foi possível dinamizar através desta acção.

Por outro lado, através do Gabinete de História e Arqueologia, fez-se a microfilmagem ou fotocópia de documentos importantes sobre o Município que existiam ou na Torre do Tombo, na Biblioteca da Universidade de Coimbra ou no Arquivo Distrital do Porto e nas Paróquias. Começam-se também a interessar os estudantes da especialidade a desenvolverem temas sobre a matéria. Uma forma de interessar as pessoas e muitas vezes dizer-se ao Senhor Abade, que normalmente é a pessoa mais culta em muitas terras, que nelas há coisas muito importantes. Começaram as pessoas a sentir que realmente valia a pena ir tirar o pó àquela documentação que jazia há largas dezenas de anos nos arquivos Paroquiais.

#### *Acordo cultural com Valongo*

Parece-me que a cúpula de todo este trabalho, essa abertura que se foi realizando procurando não desfigurar e procurando manter a terra com a identidade que lhe é própria.

Essa abertura que foi possível fazer com Valongo procurando criar espaços comuns para a troca de experiências. Fez-se uma exposição de miniaturas em Vila Nova de Gaia, irá uma exposição de fósseis, veio teatro aqui a Valongo, veio folclore, vieram grupos corais.

Com isto é possível que as pessoas vejam, que se pode fazer teatro em Gaia também se poderá fazer em Valongo.

Se há gente que se dedica ao coleccionismo em Valongo, tal também é possível fazer. Essa troca de experiências que permite um enriquecimento mútuo.

Valongo continua a ser Valongo, Vila Nova de Gaia continua a ser Vila Nova de Gaia, mas o que é certo é que todos nós enriquecemos progressivamente e creio bem que este seria o caminho certo para nós avançarmos numa dinâmica diferente de índole cultural.

Não é de forma alguma no isolamento na acção desordenada que se avança. Urge trocar experiências, criar laços seguros de solidariedade sem perda da identidade própria.



## Raridades Biológicas no Concelho de Valongo

Manuel Cabral Resende Pinto \*

«20 000 plantas terão em breve deixado a TERRA.»

Eis o grito de alerta lançado por Jaqueline DENIS-LEMPEREUR com que dou início à minha comunicação.

«Num século desapareceram da superfície do globo, tantas espécies de plantas como no decurso dos dois últimos milénios» afirma-o ELA.

E mais adiante: «Todos os anos, o planeta TERRA perde alguns dos seus mais belos ornamentos:... modelados, sabiamente no decurso de milhares de anos, através da evolução».

Com o advento do Homem, na Era quaternária, começaram para elas os maus dias, que se foram agravando à medida que ele ia progredindo culturalmente: As práticas agrícolas, a utilização dos adubos químicos e dos pesticidas, o pastoreio intensivo, a urbanização, a industrialização com a conseqüente poluição, as queimadas e incêndios, a concorrência desencadeada pela introdução de espécies estranhas provenientes de outras regiões, constituem alguns dos principais factores responsáveis por este estado de coisas.

A «Região de Valongo» com um património florístico notável, não foge à regra: encontra-se seriamente ameaçada.

Dela terá desaparecido, há uns quatro anos, o *Lycopodium cernuum* L., espécie descoberta em 28 de Fevereiro de 1915, pelos profs. Gonçalo Sampaio e António Machado, próximo de Couce, sendo esta a única localidade, até agora conhecida, na Europa Continental.

Segundo SEUBERT (1844) e MILDE (1867) trata-se de uma espécie cosmopolita distribuída pelas Ilhas Atlânticas, África Austral, Índia, América Meridional e Nova Zelândia.

Dada a exiguidade dimencional do microclima onde foi encontrada, a sua localização exacta foi, preventivamente, mantida secreta. Todos os anos o nosso colector vinha ao local colher um exemplar para mostrar aos alunos, não revelando o local da colheita. Só mais tarde, já assistente de Botânica, o nosso colector, Sr. Joaquim Castro, por nós bondosamente alcunhado de «Lineu», e a quem presto a minha homenagem, me indicou o local exacto. Foi, para mim, um deslumbramento!

Posto que a área ocupada fosse pequena, o número de exemplares era grande, muito bem conformados e com aspecto de gozarem de excelente saúde, dado que «frutificavam» per-

\* Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Ciências do Porto.



feita e abundantemente. A sua propagação realizava-se por esporos e por estolhos a partir dos exemplares mais pujantes: Um estolho elevava-se e, por acção da gravidade tocava o solo onde se fixava, dando origem a um novo indivíduo.

Fizeram-se várias tentativas de transplantação para o Jardim Botânico mediante o transporte das plantas com o respectivo torrão, mas sempre com insucesso.

A este propósito não posso deixar de referir um facto passado comigo há uns 13 anos: Estava em Angola como prof. da Universidade de Luanda, a convite do Governador do Distrito do Uige, Cel. Madureira de Lencastre, visitei aquele Distrito, na qualidade de botânico.

Durante os três dias em que fui seu hóspede, o Governador proporcionou-me uma série de visitas às matas incultas, onde colhi material em quantidade apreciável.

Entre as espécies que crescem abundantemente naquela região, encontra-se o *Lycopodium cernuum* L., que atinge proporções enormes, meio metro ou mais!

Não obstante ter conhecimento dos insucessos havidos com os exemplares de Valongo, observadas as mesmas precauções, decidi colher um exemplar que levei para Luanda.

Uma vez chegado, coloquei-o num vaso, no vasto terraço coberto do terceiro e último andar do prédio por mim habitado, em companhia de numerosos outros que aí viviam.

Contrariamente ao que era de esperar, a planta não mostrou o mais pequeno ressentimento, continuou crescendo e, em dada altura lançou um estolho que foi pousar num vaso vizinho, com terra de Luanda, portanto diferente, originando um novo indivíduo! Não faço comentários! Direi apenas que todas as plantas eram regadas com água da torneira, portanto lixiviada.

Convém ter presente que o ciclo de vida dos Licopódios, como Pteridófitas que são, compreende duas gerações autónomas, a geração esporófitica e a geração gametófitica.

A geração esporófitica está representada pela planta que vimos projectada e que consta de raiz, caule e folhas.

A geração gametófitica, dada a uma pequenez e porque vive quase enterrada no solo passa naturalmente despercebida. Com origem num esporo, esta geração tem o aspecto maniforme, com a região dilatada provida de cloroplastos em região atenuada com rizóides é normal e

necessariamente invadida por um micélio endofítico.

Pode aguardar até 30 anos que se processe essa benéfica infecção, sem a qual não atingiria nunca o estado reprodutor, com a formação dos gametângios e respectivos gametas, anterozóides e oosferas, de cuja conjugação resultam novos esporófitas.

Daqui a vaga esperança de que o *Lycopodium cernuum* L., não se tenha definitivamente extinto, e possa ainda voltar a aparecer.

O problema da extinção dos Lycopódios tem-me dado muito que pensar... Eu que ainda os conheci vegetando e multiplicando-se exuberantemente, pude assistir preocupado, nestes últimos vinte anos, à sua rarefacção progressiva.

Dado que neste lapso de tempo não ocorreram modificações climáticas apreciáveis, teremos que ir procurar as causas a outro factor. Vejamos o que se passou ao nível do ecossistema: neste particular, sim, assistiu-se à implantação progressiva de uma planta estranha à nossa flora — um infestante — que pela sua «alelopatia» poderá ter sido o responsável.

Trata-se da planta australiana conhecida por Eucalipto, cuja cultura tem sido largamente incrementada nos últimos anos. Olhada outrora com certas reservas, creio que com razão, está ganhando foros de cidadania. Muito rica em taninos e óleos essenciais, dotados de propriedades anti-sépticas, poderá ter alterado profundamente o ecossistema dos Lycopódios que coexistiam perfeitamente com a carnívora, *Drosera intermedia*, outrora muito abundante, e que está, também em vias de desaparecimento nos locais de implantação de Eucaliptos.

O *Lycopodium inundatum* L., espécie largamente difundida pela Europa Continental com excepção da região Mediterrânica e Rússia Oriental, assinalado por G. SAMPAIO em Agosto de 1901, em S. Pedro dos Arcos, foi visto por mim pela primeira vez em 29 de Junho de 1943, de mistura com o *Lyc. cernuum* L. e, integrado no mesmo ecossistema.

G. SAMPAIO e A. MACHADO, tê-los-ão confundido uma vez, que os caracteres salientes que permitem a sua distinção só são observáveis nos fins da Primavera. Sujeito às mesmas vicissitudes não mais tornou a ser visto.

*Dicksonia antarctica* Lab. é indubitavelmente uma espécie fugida à cultura. É uma planta ornamental, largamente cultivada entre nós, em parques e jardins, proveniente da Austrália e



Tasmânia, aclimatada no ambiente húmido e fresco do Fojo das Pombas. Aí cresce e reproduz perfeitamente.

Chamaram para ela a minha atenção e, em 1939, situada em local de difícil acesso, foi com o auxílio dos Bombeiros V. de Valongo, que pude aproximar-me e colher uma fronde fértil a qual me permitiu realizar a classificação desta Dicksoniaceae exótica.

Este acontecimento marca o início das minhas pesquisas sistemáticas nos «fojos» entre Valongo e Melres, na margem do Douro, que tão profícuas se haviam de mostrar: Mais uma espécie nova para a flora portuguesa e uma localidade nova para outra muito rara.

*Culcita macrocarpa* Pr., é uma Dicksoniaceae, tal como a precedente, mas com diversa distribuição geográfica: algumas nas Ilhas Atlânticas dos Açores, Madeira, Canárias, Sul de Espanha (Algeciras) e Valongo, em alguns fojos da Serra das Póvoas, entre o Rio Ferreira e o Alto de Pias, onde a encontrei em 1940.

Espécie muito mal estudada até então, constitui para mim um precioso objecto de estudo que aproveitei como tese de doutoramento, em 1944.

Voltei a utilizá-la para abordar «O problema da origem dos plastídios» que viria a constituir a tese para Professor extraordinário, em 1948. Implantada num local onde, há alguns anos foi introduzida, a cultura do Eucalipto, não é de excluir a hipótese de lhe vir a acontecer o mesmo que aos Lycopódios.

*Trichomanes speciosum* Willd., é uma Hymenophyllaceae que, como as suas congéneres, se encontra confinada aos lugares húmidos e sombrios, com uma área de dispersão que se estende, pelo menos, por três Continentes: Europa, América e Ásia.

Até 1939 a única localidade citada para o País era Sintra, aí referida por BROTERO, na «Flora Lusitânica» em 1804.

Na data anteriormente referida foi encontrada, por mim, nos fojos da Talhada e da Valéria, onde encontra condições propícias ao seu desenvolvimento e reprodução.

É uma planta extremamente delicada. Como as restantes Hymenophyllaceas apresenta as folhas muito ténues, translúcidas e com o mesó-

filo constituído por uma única assentada celular; os esporângios inserem-se num eixo capilar de crescimento contínuo, que parte da base de uma taça afunilada, o indúzio.

O gametófito é filamentosos e muito ramificado.

Nos fojos em que se processou a pesquisa e extracção de Wolfrâmio foram destruídas muitas plantas.

*Dryopteris resendeana* d.-Rznd-Pinto, quando em Agosto de 1944, percorria o leito seco do ribeiro da Ponte Carvalha, no lugar da Senra, deparei com um exemplar juvenil de um feto desconhecido.

A fim de evitar a sua possível destruição e no intuito de o poder apreciar, o seu comportamento futuro, colhi-o e transportei-o para casa.

Em 1947, três anos após a colheita, apresentou os primeiros esporófilos que me permitiram finalmente classificá-lo e inclui-lo no género *Dryopteris*, provisoriamente como forma da *D. filix-mas* (L.) Schott.

Atingida que foi a maturação dos esporos, estes foram semeados e, tendo germinado bastante bem, deram os competentes protalos (gametófitos) que, por seu turno, originaram novos fetos (esporófitos), todos idênticos ao progenitor (P), constituindo a geração F<sub>1</sub>.

Procedimento idêntico foi seguido em relação a cada um dos indivíduos da «F<sub>1</sub>».

Na «F<sub>2</sub>» todos os indivíduos eram iguais a «P», donde poder concluir-se estarmos em presença de uma mutação espontânea em plena Natureza, processo porque se terão originado as outras espécies, quer vegetais, quer animais.

O processo não será tão raro como poderemos pensar, só que as espécies mutadas nem sempre resistem à selecção natural, são inexoravelmente eliminadas.

O mesmo teria acontecido com este mutante, se tivesse permanecido no local do seu achamento.

De qualquer modo, trata-se de uma verdadeira espécie nova para a Ciência, e, como tal, com direito a um nome.

Em homenagem ao ilustre botânico, mestre e amigo que foi o Prof. Flávio Resende, dei-lhe a designação de *Dryopteris resendeana* d.-Rznd-Pinto.



## Valongo e os Artistas Plásticos

(Resumo da Intervenção)

Joaquim Pacheco \*

Na sua intervenção sobre Valongo e os seus artistas plásticos, o Jornalista Pacheco, começou por manifestar a sua satisfação pela realização das 1.ªs Jornadas Culturais. Falou dos fortes laços que o ligam à sua terra, apesar de ter passado bastante tempo fora dela. Louvou o trabalho que tem sido desenvolvido pelos Serviços Municipais de Cultura, tendo manifestado o desejo que esse trabalho aumente e se aperfeiçoe, ainda mais, de forma a transformar o concelho, sob o ponto de vista cultural; em suma fazer reviver os seus valores e tradições, que identificam Valongo.

Relativamente à sua intervenção, disse que a mesma era de certo modo limitada, dado que só referia os artistas que tiveram directamente a ver com a Vila de Valongo, ou porque ali nasceram, ou porque pintaram os seus motivos. Ficaram assim de fora as freguesias do concelho, que bem serviam (segundo o orador), para uma outra eventual palestra. Essa investigação profunda e completa, embora necessária ainda não fora feita, por motivos de falta de tempo.

Em determinada altura, referiu o orador: «Vou falar dos artistas da minha terra, dos que aqui nasceram e daqueles que mesmo, natu-

rais doutras terras, souberam ver as belezas de Valongo e projectá-las no exterior. A minha terra tem imensas belezas que ainda não foram exploradas pelos artistas, ainda não foram verdadeiramente descobertas todas as potencialidades dos motivos de Valongo».

«O património artístico, mais valioso da nossa terra está na Igreja de Valongo. É lá que estão obras de arte do séc. XVIII, verdadeiras obras-primas, sobretudo retábulos de grandes mestres da pintura, como sejam João Baptista Ribeiro e Francisco José de Resende. Estes pintores dedicaram-se muito à pintura religiosa espalhada até em Trás-os-Montes e sobre a qual se está agora a fazer um importante estudo».

Referiu o orador como principais obras dos pintores mencionados, o painel do Baptistério, o Altar-mor, os retábulos dos Altares laterais. Outras obras extraconcelho foram feitas pelos mesmos autores, adiantou o Jornalista Pacheco.

Quanto a obras existentes na Igreja referiu a dado passo: «...senti-me feliz há dias, quando o nosso abade disse ir organizar na Sacristia um museu de Arte Religiosa! É evidente que estes quadros têm que ser restaurados, com

\* Jornalista de «O Primeiro de Janeiro».



uma moldura adequada, possibilitando outra dignidade a estas peças inconfundíveis».

Falou ainda de outras obras de Francisco Resende como seja uma ceia da Igreja de Sobrado, um belo retrato de D. Luís I que existe no Salão Nobre da Câmara Municipal, este último referenciado na «História da Vila de Valongo», do Padre Joaquim Alves dos Reis.

Continuando a sua palestra, agora sobre o pintor José Júlio de Sousa Pinto, afirmou: «Não se pode falar de artistas plásticos de Valongo sem deixar de falar num pintor que foi grande, que foi mestre, que foi notável, que levou esta vila aos quatro cantos do Mundo, de Paris à Austrália, do Rio de Janeiro a Nova Iorque. Em todas estas partes foi sempre um pintor dos costumes locais. Este pintor embora tenha nascido acidentalmente nos Açores, é considerado pintor de nossa terra. Toda a sua vida está ligada aqui, assim como as suas raízes».

O Jornalista Pacheco, falou demoradamente sobre a vida do pintor Sousa Pinto exaltando partes da sua vida. Referiu ainda a «homenagem aos Louseiros», escultura de Adriano Amaral, oferecido por este à Junta de Freguesia de Valongo.

Focou também os azulejos do Concelho que estão espalhados por Igrejas e algumas Alminhas, embora poucos e alguns bastante recentes, como seja o caso, dos da Igreja da Vila.

Falou também o orador, de vários pintores como sejam: António Joaquim, Mário Granja, Mendes da Silva, José Bastos, Artur Ferreira e Zeferino Coelho. Todos eles de uma forma dedicada, pintaram Valongo, os seus motivos, as suas paisagens, as suas gentes, o pulsar constante da terra de Valongo. Teceu considerações sobre a exposição dos artistas plásticos do concelho de Valongo recentemente levada a efeito pelos Serviços Municipais de Cultura em Ermesinde e do papel que estes acontecimentos têm no fomento, no incentivo a novos valores do Concelho, tendo referido largamente os novos pintores e as suas obras.

A seguir, passou a falar sobre a escultura existente e sobretudo aquela que no seu entender deveria ser feita, referindo: «No campo da escultura também não somos ricos em Valongo. Ainda não homenageamos nem perpetuamos no bronze, nem os nossos célebres e tradicionais padeiros, nem os nossos célebres e tradicionais mineiros. Mas acredito que a Câmara de Valongo virá ainda a fazê-lo nessas praças públicas, à semelhança do que têm feito outras terras.

Temos de arranjar uma estátua para Dias de Oliveira, que foi o fundador do nosso concelho e da vila. Temos de arranjar uma estátua para D. Pedro IV e para D. Miguel, dois reis que levaram Valongo no coração. Temos de arranjar uma estátua que homenageie D. Maria I, que assinou a certidão de nascimento de Valongo. Temos de arranjar uma estátua para os bravos de Valongo, que na segunda Invasão Francesa, foram até aos muros de Tolosa no sul de França e aí hastearam a bandeira de Portugal. E para outros tantos que fizeram de Valongo uma terra digna e conhecida. Querem melhor homenagem que a padeira com as canastras e o burrico, a caminho do Porto onde durante séculos, levaram pão e biscoitos a milhares de portugueses?

No campo da escultura, temos apenas o cruzeiro do Senhor do Padrão, monumento nacional. É uma obra artisticamente talhada no granito, por um pedreiro artífice e já lá existia no local onde se encontra hoje, em 1750.

Tanto a figura do Cristo talhada juntamente com a cruz, num só bloco de pedra, como a do Santo António, são dignas de admirar, sobretudo a primeira que é duma beleza e minúcia raras. Foi à volta daquele Santo António, que os valonguenses festejaram, anos seguidos e durante séculos, as tradicionais Cavalhadas, de que o «Janeiro» deu notícia há precisamente 75 anos.

Depois do Senhor do Padrão, temos o busto em bronze de Padre Joaquim Lopes dos Reis, autor da História da Vila de Valongo, que é do escultor Joaquim Meireles.

Existe finalmente a casa de S. Miguel Arcanjo, com elevado interesse arquitectónico, pelas esculturas que ostenta na fachada.

Foi ali o primeiro hospital de Valongo, fundado pelo Padre Joaquim, que só em 1917, pouco antes do bondoso padre ter morrido, foi transferido para a encosta de Santa Justa onde se encontra hoje».

Na sua vasta intervenção Joaquim Pacheco, fez uma agradável mistura de temas, de pormenores, que fizeram da sua intervenção, não só um relato dos artistas e suas obras, mas sobretudo, o sentir de um Valonguense, o seu amor a esta terra, despertando a intervenção com pequenas histórias, lembranças, tradições... Todo o tratamento desta temática foi sempre acompanhado, por fotografias das pinturas, das paisagens e de diapositivos, que manteve a assistência, presa e cativa entre a palavra e a imagem.



---

## **Encerramento**

(Resumo da Intervenção)

*José Marques Craveiro \**

O Sr. Vereador da Cultura, começou por manifestar o seu grande apreço pelas Jornadas Culturais, pelos temas tratados e pela maneira eloquente com que os oradores intervieram. Referiu ainda a grande riqueza temática, a sua variedade e a sua importância para os habitantes de Valongo.

Considerou, que este tipo de iniciativas é fundamental para o desenvolvimento cultural das pessoas e para a tomada de consciência colectiva dos municípios.

Louvou também, o papel dos colaboradores e funcionários dos Serviços Municipais de Cultura, o seu apego e a sua dinâmica.

Finalizou, esperançado que o esforço desenvolvido, tenha a sua contrapartida, pelo desafio lançado aos munícipes, e aos interessados em geral, na vida desta colectividade concelhia.

«Que outras iniciativas prossigam e frutifiquem, obrigado a todos», disse a terminar o Sr. Vereador.

\* Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Valongo.